

Revista da
Reitoria
da Universidade
de Coimbra

Número 29
Trimestral
Julho
2010

www.uc.pt/rualarga
rualarga@ci.uc.pt



RUA LARGA



PROPRIEDADE Universidade de Coimbra
DIRECTOR Fernando Seabra Santos
DIRECTOR-ADJUNTO José António Bandeirinha
EDITORES Marta Poiares e Pedro Dias da Silva
DESIGN E EDIÇÃO DE IMAGEM António Barros
FOTOGRAFIA João Armando Ribeiro
INFOGRAFIA Sérgio Brito
[DIIC - Divisão de Identidade, Imagem e Comunicação]
PRODUÇÃO Lígia Ferreira e Luísa Lopes
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA Ilídio Barbosa Pereira
EDIÇÃO DIIC - Divisão de Identidade, Imagem e Comunicação
Colégio S. Jerónimo, 2.º Piso, Apartado 3020 • 3001-401 Coimbra
IMPRESSÃO Opal - publicidade, S.A.
TIRAGEM 3.200 ex.
ISSN 1645-765x • Anotado no ICS
CAPA Ralph Eugene Meatyard, Encontros de Fotografia de Coimbra
www.uc.pt/rua1arga
Tel. 239 859 823
PONTOS DE VENDA
Loja UC e Artefólio/ Livraria de Bolso • TAGV

Editorial • Fernando Seabra Santos • 04

REITORIA EM MOVIMENTO

Uma perspectiva do Tempo e da Mudança - Margarida Mano • 07
Sustentabilidade, interdisciplinaridade e estruturação dos saberes – António Gomes Martins • 09

OFICINA DOS SABERES

ACTUAL

O Mercado Quebra Costas – Margarida Rocha de Oliveira • 12
A proposta portuguesa no Affordable Houses Project – Luís Simões da Silva e Vítor Murtinho • 14

IMPRESSÕES

“8 1/2 - Festival de Cinema Italiano” à beira do Mondego – Angela Latorraca • 18
A melhoria do tecido empresarial – Pedro Vaz Serra • 21

BREVES

Exposição no CAPC • 23
AMIW na Casa da Esquina • 23

RIBALTA

Encontro Internacional de Poetas – Maria Irene Ramalho • 25
Apontamentos sobre os Encontros de Fotografia, 30 anos depois – Miguel Amado • 28

CIÊNCIA REFLECTIDA

A oficina escultórica de Mestre Pero: uma abordagem interdisciplinar – Francisco Pato de Macedo e Francisco P. S. C. Gil • 33

AO LARGO

ENTREVISTA

Pedro Costa – Marta Poiares e Pedro Dias da Silva • 39

RETRATO DE CORPO INTEIRO

João Melo – Marta Poiares • 46

CRÓNICA

O Envelhecimento – Paulo Pereira • 49

LUGAR DOS LIVROS

ESPAÇO DAS ESCOLAS

Coimbra: 3 pólos universitários, 3 “faces” da arquitectura portuguesa – Nuno Grande • 58

TEMAS

TEMA – ENERGIA PARA A SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade da construção – Raimundo Mendes da Silva • 67

O crescimento sustentável da Efs – João Ribeiro • 70

República Viva

Fernando Seabra Santos *

É difícil viver na crista do tempo, mas é ao que estamos condenados. Imparável, ele obriga ao convívio constante com as vicissitudes do variável mundo, à constante adaptação. A Universidade, em especial, não pode dar-se ao luxo de ignorar as circunstâncias em que se situa e se move. Se nela estão, por excelência, as antenas da sociedade, enquanto instituição ela tem de corporizar as ideias e os ideais do seu tempo, sem deixar de atender à subtil vibração tectónica do porvir. Com os pés bem firmados na sua época e a convicção de que deve, antes de mais, servir o seu tempo, a Universidade sabe bem que a melhor maneira de o fazer é viver com os olhos postos no futuro. Por isso habita em si uma tensão incómoda, mas que ela não enjeita: portadora e guardiã de um legado de conhecimento acumulado e de valores tacitamente assumidos, ela vive, por vocação e imperativo, obrigada à disponibilidade e à abertura para a mudança, por mais traumática que esta se possa perspectivar.

Se há expressão que, no meio académico – e muito concretamente no singularíssimo universo coimbrão –, traduz esta dupla vinculação, é a designação “Real república”. No seu modo irreverente e imaginativo, os estudantes fixaram, na própria designação do seu *modus (e domus) vivendi* preferencial, a síntese sábia de uma condição dividida. Nas típicas “reais repúblicas” da cidade dos estudantes, em que o adjectivo parodia a vénia ao poder régio e o substantivo evoca com inofensiva malícia, ao associá-las às práticas comunitárias da vivência estudantil, as estruturas precárias dos primórdios da experiência republicana portuguesa, fundem-se ironicamente passado e futuro, a pose conservadora e o gesto progressista.

O sobressalto da mudança é algo que acompanha, portanto, a evolução da Universidade ao longo dos séculos, num percurso em que se destaca um punhado de gerações cujo rasgo reformador deixou um cunho profundo na história da instituição e da urbe que lhe serviu de morada. Especialmente marcantes são os exemplos dos homens do Humanismo ou da Reforma Pombalina e da Reforma Republicana, estas associadas à introdução de Estatutos fortemente inovadores. Esses foram, invariavelmente, tempos de ousadia e de assunção do sonho, tempos de fertilizações, em que se saltaram os muros convencionais das disciplinas e das competências e em que se convocou o diálogo, incluindo o diálogo internacional e inter-institucional, como garante da *diversidade*, tempos, enfim, de questionamento, por vezes radical, e de radical reconfiguração dos saberes.

Momentos flagrantes dessa reconfiguração encontramos-os por exemplo na história da Faculdade de Ciências, resultante da fusão das antigas Faculdades de Filosofia Natural e de Matemática, ou da Faculdade de Letras, herdeira moderna da multi-secular Faculdade de Teologia. A reforma que trouxe novo rosto a essas velhas Escolas deu-se em 1911, em pleno dealbar da República. Mas mesmo em Coimbra o impacto do impulso republicano extravasou em muito o ambiente universitário. Assim, para dar um testemunho condigno do modo como, há exactamente cem anos, as convulsões do movimento republicano e das profundas transformações que as acompanharam se propagaram pelo país no seu todo, mas com particular incidência no meio académico coimbrão e na própria cidade, vai a Universidade de Coimbra levar a cabo uma série de iniciativas destinadas a assinalar o Centenário da República (www.uc.pt/republica).

Merecedora de menção especial é, sem dúvida, a grande exposição denominada *Ver a República*, repartida por três núcleos temáticos articuladamente concebidos para proporcionar uma visão simultaneamente concreta e abrangente do efervescente período retratado. Desse expressivo tríptico farão parte a GALERIA REPUBLICANA, alusiva aos principais propagandistas republicanos; a GALERIA RiPUBLICANA, selecção de caricaturas ilustrativas da notável veia satírica da época, a que não foram poupados os protagonistas cimeiros do nosso republicanismo; e a GALERIA UNIVERSIDADE, onde se apresentará a evolução dos momentos decisivos da história do republicanismo português e a actividade científica de sábios republicanos que se destacaram ao serviço da UC. Mas o conjunto de realizações especialmente apontadas à celebração do Centenário conta também com o lançamento, já em Julho, da REPÚBLICA DIGITAL, um “repositório de acesso livre e em suporte electrónico, referente a um conjunto diversificado de documentação e informação (...) directa ou indirectamente relacionad[a] com a emergência das ideias republicanas em Coimbra, a implantação da República e a resistência republicana ao Estado Novo”.

A extensão e variedade das actividades previstas inclui ainda outras exposições de diversa índole; uma multiplicidade de colóquios, congressos e seminários de âmbito internacional, com destaque para o Congresso *República, Conhecimento, Reforma Republicana da Universidade* e para o *Colóquio Internacional Da Virtude e Da Fortuna da República ao Republicanismo Pós-Nacional*; ciclos de cinema e de conferências, de que se salienta o conjunto designado *100 Anos de Faculdade de Letras Numa Universidade Multi-Secular*; e um importante número de iniciativas editoriais a cargo da FLUC e da Imprensa da Universidade. Na sua totalidade, as acções programadas neste âmbito ambicionam não só homenagear o rico legado da República mas também emprestar-lhe vida e medir-lhe a actualidade, conferindo assim também, de alguma forma, um inesperado e real sentido à “real República” que a tradição coimbrã inventou e que os homens e mulheres de há cem anos, imbuídos de uma vontade e de uma razão utópicas, perseguiram enquanto projecto colectivo igualitário e emancipatório.

* Reitor da Universidade de Coimbra

Reitoria
em Movimento



Uma perspectiva do Tempo e da Mudança

Margarida Mano *

Quando, há quase 30 anos, entrei pela primeira vez na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (UC), ávida de um conhecimento intelectual que me ajudasse a ter uma visão do mundo, e em particular do país, e das mudanças que haviam envolvido o início da adolescência da minha geração, vibrava com a expectativa dos pensamentos, das emoções e das vivências que decorreriam da nossa acção iluminada, no *day after*, ao sair da Universidade...

Hoje, num outro tempo, ao reflectir sobre a mudança, neste espaço da Reitoria em Movimento na Universidade onde permaneço, relembro a importância daqueles primeiros anos na minha formação e dos livros que me ajudaram a formar. Um desses livros, de capa de cor amarela numa edição em português das Publicações Dom Quixote de 1980, foi escrito em 1973 por Ernst Friedrich Schumacher, e o seu título, *Small is Beautiful (Um Estudo de Economia em que as Pessoas também Contam)*, já na altura havia entrado na linguagem comum como sinónimo de uma provocação dialéctica às vantagens das economias de escala que o crescimento pode proporcionar.

Recordo em particular o capítulo da *Teoria da Organização de Larga Escala* onde Schumacher, assumindo à altura que a organização de larga esca-

la tinha vindo para ficar, teorizava na forma de cinco princípios que os leitores com curiosidade a este respeito poderão consultar no livro. Aqui, no contexto da Rua Larga, não resisto a citar um parágrafo a que algumas vezes regressei, no meu percurso académico e profissional, imbuída daquela mesma expectativa longínqua de iluminação do pensamento e da acção: “Qualquer grande organização, uma vez criada, passa normalmente por fases alternadas de *centralização e descentralização*, que são como as oscilações de um pêndulo. Sempre que nos encontremos em face de tais *contrários*, cada um deles com argumentos convincentes a seu favor, merece a pena examinar o problema com profundidade, até encontrar alguma coisa que seja mais do que um compromisso, mais do que uma solução de meio por meio. O que é realmente necessário pode ser que não seja *ou isto – ou aquilo*, mas *isto-e-aquilo-ao-mesmo tempo*.”

Vem esta reflexão a propósito da opção estratégica de mudança, que a UC consagrou nos seus Estatutos, de um modelo de organização e gestão das funções de suporte às actividades nucleares da Universidade baseado na criação de um centro de serviços comuns. A filosofia de um centro de serviços partilhados, entre diversas instituições, ou comuns, entre as diferentes unidades de uma

mesma instituição, como é o caso, corresponde a um modelo de prestação de serviços assente numa estratégia colaborativa em que, por acordo das unidades, um conjunto de funções de suporte são concentradas numa nova semi-autónoma unidade, com uma estrutura de gestão que potencia a criação de valor, por via do aumento da eficiência e da qualidade dos serviços prestados, a partir da partilha de processos e tecnologias.

A imprescindibilidade do equilíbrio desejável, associado à solução do *isto-e-aquilo-ao-mesmo tempo*, parece ter inspirado o modelo escolhido pela UC que prevê nos seus Estatutos a necessária harmonia e consistência de uma gestão descentralizada das Faculdades e outras unidades orgânicas (art 9º) com a criação de um centro de serviços comuns com capacidade para promover ganhos de eficiência e eficácia (art 27º, nº2 e art 67º, nº1) e garantir as melhores práticas no contexto. A premissa que a centralização é sobretudo uma ideia de ordem, que apela à inteligência e conduz à eficácia, e que a descentralização é uma ideia de liberdade que apela à intuição e conduz à inovação, leva a visitar Schumacher, e a sua perspectiva de que quanto maior é uma organização mais evidente e inevitável é a necessidade de ordem e o correspondente espaço da sua “desordem *empreendedora*”.

8 Neste equilíbrio de forças dizem ainda os livros, agora já no início do século XXI e no âmbito da gestão dos modelos de serviços partilhados, que num modelo básico, de utilização obrigatória – onde o único propósito é fornecer serviços tão eficientes e eficazes quanto possível, com base no aumento da qualidade e consistência, facilitando a gestão e reduzindo o risco, particularmente em funções críticas, e reduzindo custos através de economias de escala – os mecanismos e instrumentos potenciadores da integração da inovação assentam fundamentalmente no tipo de relações

com os parceiros corporativos utilizadores dos serviços e nas sinergias ganhas a partir de uma cultura de compromisso que promova a criatividade e a inovação.

A perspectiva das unidades orgânicas enquanto parceiros, e não clientes, do centro de serviços comuns tem como base a natureza da sua relação, não meramente transaccional, mas de interacção nas respectivas cadeias de valor. Neste contexto, os mecanismos de revisão dos acordos de níveis de serviço, que definem os aspectos práticos da relação ao nível do serviço prestado, padrões de tempo e de qualidade, bem como a participação colaborativa das unidades orgânicas na governação do centro são factores essenciais a ser tidos em conta na calibração da harmonia e consistência da mudança. Ao contrário do que acontece numa mera consolidação das funções de suporte administrativo entre instituições, no modelo escolhido a governação pressupõe mudança de atitude e de compromisso, devendo ser acompanhada e supervisionada por representantes das unidades parceiras.

No tempo de hoje, ao reflectir sobre o sucesso da mudança, no contexto da estratégia colaborativa do modelo de prestação de serviços que a UC escolheu e a seis meses da meta estatutariamente programada para a integração de todas as Faculdades, parecem assumir particular relevo, mais do que os instrumentos, as atitudes e os critérios delicados e objectivos dum exercício constante de sucessiva ruptura, cooperação e colaboração, em que assenta a estrutura de uma grande Universidade.

* Pró-Reitora da Universidade de Coimbra

Sustentabilidade, interdisciplinaridade e estruturação de saberes

A. Gomes Martins *

A mudança que se tem operado nos últimos anos no Ensino Superior, com a adopção do modelo de Bolonha, tem simultânea e paradoxalmente contribuído para estimular alguma inovação e para camuflar alguma inovação. No primeiro caso está, por exemplo, a criação de cursos que diversificam a intervenção do ensino superior promovendo cruzamentos multidisciplinares entre áreas de saber até então tratadas de modo mais ou menos estanque. No segundo caso, o efeito da grande cortina de transformação global para o modelo de Bolonha dilui iniciativas que surgiriam em quaisquer circunstâncias, conferindo aparente padronização onde há diferença e mais conteúdo para além da formação, nomeadamente também na I&D e na actividade de transferência. Vem esta constatação a propósito de uma iniciativa surgida na Universidade de Coimbra (UC) em 2006.

Formalmente, a partir de 11 de Julho de 2007, a UC passou a dispor de um novo instrumento de intervenção nos planos científico, educacional e de transferência. Trata-se da iniciativa designada Energia para a Sustentabilidade (a designação em Inglês, Energy for Sustainability, determina-lhe a sigla, EfS), cuja preparação se iniciou em Setembro de 2006.

Esta iniciativa surgida pela vontade conjunta de

um grupo alargado de professores oriundos das Faculdades de Economia e de Ciências e Tecnologia, é suportada por quatro unidades de I&D. Correspondeu a um salto dado a partir de um património pré-existente de trabalho científico baseado em cruzamentos férteis de áreas, quer em projectos, quer em orientações de teses, quer em colaborações docentes em cursos na UC, quer em contribuições especializadas relativas a edifícios e instalações da própria universidade ou relativas à relação da universidade com os mercados da energia. Permitiu reforçar interligações, numa abordagem estruturada, entre investigadores cujos interesses têm o denominador comum de tratarem de assuntos ligados à energia numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

A formalização fez-se por uma via estreita, ajudando ao referido efeito de cortina: o enquadramento de propostas de ciclos de estudos de mestrado e de doutoramento que foram aprovadas pelo Senado, na era pré-RJIES. Na formulação usada, o modelo aprovado de gestão dos ciclos de estudos consiste na existência da iniciativa EfS, assente numa estrutura simples de três colégios, um dos quais, por economia, simultaneamente deliberativo e executivo. Embora correspondendo a uma iniciativa não orgânica, transversal e intrin-

secamente de base, a via orgânica da cooperação entre as duas Faculdades referidas foi usada para veicular as propostas ao Senado, perante a omissão do quadro estatutário relativamente a iniciativas atípicas como esta.

Desde o seu início formal, a iniciativa tem dado origem a actividades variadas, nos domínios da formação, da investigação e da transferência.

Os cursos de mestrado e de doutoramento funcionaram pela primeira vez em 2008/2009.

O doutoramento, designado Sistemas Sustentáveis de Energia, integrado no programa internacional MIT-Portugal, conta com 17 doutorandos dos dois primeiros anos, escolhidos num processo de selecção internacional que já foi reeditado para 2010/2011. Sempre se recrutaram estudantes não nacionais – nos dois primeiros anos são seis. O curso de mestrado abrange um conjunto de públicos que vão desde profissionais que pretendem actualizar-se até estudantes estrangeiros que pretendem obter formação na perspectiva abrangente e interdisciplinar do curso, passando por estudantes nacionais que pretendem alargar os horizontes da sua formação anterior. Do ponto de vista da formação de base, os públicos tanto do doutoramento como do mestrado são igualmente variados, incluindo formações em arquitectura, gestão, ambiente e engenharias.

No âmbito do Programa MIT-Portugal, foi lançado em 2009 um convite à apresentação de projectos de I&D. A iniciativa EfS apresentou candidaturas envolvendo nas equipas, como era requerido, investigadores do MIT e, por opção própria, investigadores de várias unidades de I&D da iniciativa em cada proposta, bem como Professores de outras Faculdades, alargando mais o leque inicial. Do total de seis projectos financiados, três tiveram origem na iniciativa EfS. Por outro lado, na maioria dos casos cada tese de doutoramento é co-orientada por dois Professores de áreas e uni-

dades de I&D diferentes. Na actividade corrente da iniciativa são organizados frequentemente workshops, seminários e palestras com convidados dos meios académico e empresarial.

Na vertente da transferência, o Conselho Externo de Aconselhamento e de Aferição (CEAA) da iniciativa, já realizou três reuniões, a última das quais enquadrada numa sessão de posters com os trabalhos de dissertação e tese dos estudantes de mestrado e doutoramento. O CEAA reúne 23 entidades ligadas à energia e ao ambiente, das quais 18 são empresas. Está em curso um plano de concretização de formas de cooperação com empresas nos domínios da formação e da investigação e têm sido exploradas direcções de trabalho potencial com novas empresas, com a intermediação da Divisão de Inovação e Transferência do Saber, da Administração da UC (DITS).

Pode dizer-se que a iniciativa EfS atingiu um estágio de desenvolvimento que permite reflectir sobre a experiência que ela própria representa e sobre a utilidade que pode ter para futuras evoluções da UC em torno de outros agrupamentos e cruzamentos entre áreas de conhecimento. No quadro do debate actualmente em curso na UC, promovido pelo Conselho Geral, sobre reestruturação dos saberes, a existência da iniciativa EfS pode representar uma oportunidade para identificar formas flexíveis de enquadrar e organizar novas abordagens transversais e, eventualmente, para definir os termos em que a evolução deste tipo de iniciativas deve desejavelmente efectuar-se para benefício da intervenção, da internacionalização e da visibilidade da UC.

* Vice-Reitor da Universidade de Coimbra



OFICINA DOS SABERES ACTUAL IMPRESSÕES BREVES RIBALTA CIÊNCIA REFLECTIDA

Um mercado com nome de rua

Margarida Rocha de Oliveira *

O evento que dinamiza a Rua do Quebra Costas está de volta à cidade de Coimbra. Este ano a iniciativa já conta com três edições e promete continuar a dar vida à Alta de Coimbra, até Dezembro, todos os segundos Sábados de cada mês. Artesanato urbano, espectáculos de rua, conversas, actividades pedagógicas e muita animação a céu aberto. Sempre que a meteorologia consinta.

Os caminhos dos portugueses convergem com frequência para os centros comerciais onde não há chuva ou excesso de sol. Perante uma alteração dos centros urbanos para as zonas que circundam estas novas catedrais, surge frequentemente a ideia da urgência em reencontrar os núcleos históricos das cidades, de forma a trazer mais segurança a essas zonas e a revitalizar o comércio local. Coimbra não é excepção a esta realidade e foi dessa vontade que nasceu, em 2007, partindo da iniciativa dos proprietários de três estabelecimentos da zona – a livraria XM, entretanto encerrada, o bar Quebra e a loja Mau Feitio – um mercado com nome de rua.

O Mercado Quebra Costas nasce assim ancorado entre a Baixa e a Alta de Coimbra – habitualmente mais requisitadas pelos turistas. A rua torna-se palco de um evento original, dedicado à cidade, que dá a conhecer alguma da produção contemporânea nacional, quer através de objectos originais manufacturados, em série limitada e plasticamente expressivos – dito “artesanato urbano” – quer através da música menos comercial que é produzida em vários cantos do país e que também aqui é convocada. Em busca de uma identidade do local quase

perdida, juntam-se no casco antigo eventos ao ar livre geralmente apartados – o concerto “alternativo” e a feira. Sem falsas questões entre cultura “popular” e “erudita”, ambos convivem.

A importância das actividades a céu aberto não é, contudo, nova. A ideia de mercado ou feira é tão antiga como o próprio Homem. A palavra latina “feira” remete para os dias de “férias”, dias de repouso ou de festa. Essa ideia de comemoração está intrinsecamente ligada ao Mercado Quebra Costas, pois as escadas que dão trabalho a subir, colaboram quando se trata de improvisar um auditório espontâneo. De um ano ao outro, foi talvez esse um dos factores que consolidou a imagem desta festa democrática. Apesar de estar em terreno firme, em 2009 os organizadores sentiram necessidade de fazer mais e de proporcionar à cidade um programa de maior abrangência. Três anos volvidos, foi consensual entre os dois comerciantes restantes na organização, a decisão de entregar o Mercado Quebra Costas à responsabilidade da Associação de Música e Teatro Arte à Parte, recentemente instalada na Rua Fernandes Tomás, ali bem perto. Nesse momento de viragem, Olga Moreira, encarregada da produção artística do projecto, opta por recorrer à Universidade de Coimbra (UC), instituição-mãe da cidade de Coimbra e, em colaboração estreita com alguns alunos do curso de Estudos Artísticos, no âmbito da disciplina de Política e Programação Culturais leccionada pelo Professor João Maria André, na Faculdade de Letras, construir um programa de actividades para ano

de 2010, de Março a Dezembro. Com base num artigo científico do Centro de Estudos Sociais da UC, de Paula Casaleiro e Pedro Quintela – “As Paisagens Sonoras dos Centros Históricos de Coimbra e do Porto: Um Exercício de Escuta” – surge o conceito *Novas Paisagens Sonoras* que guia este programa. Estruturar e fechar uma lista de actividades sustentadas numa linha de coerência e com uma antecedência considerável foi, desde logo, uma tentativa de projectar, na cidade, de forma mais ambiciosa, o Mercado Quebra Costas, possibilitando o pedido atempado de recursos financeiros e otimizar a comunicação. Estes jovens programadores tornaram, também, física-



mente possível bater à porta de todas as instituições culturais da cidade e mobilizar algumas delas para integrar o programa. Dando um passo decisivo na história da iniciativa, ao Mercado juntam-se agora instituições como o Edifício Chiado, algumas secções culturais da Associa-

ção Académica de Coimbra, como o GEFAC (Grupo de Etnografia e Folclore) ou o CITAC (Círculo de Iniciação Teatral), o Gabinete para o Centro Histórico, o Museu da Ciência, a Delegação Regional de Turismo do Centro, o colectivo Marionet, a Fundação Inatel, o Teatrão, a Escola da Noite, o colectivo Camaleão, entre outros. Virado para fora, o Mercado Quebra Costas condicionou também a sua programação às festas da cidade e a várias efemérides, entre as quais o Centenário da República e a comemoração do Centenário do Edifício Chiado.

Graças a estas novas interações, além dos iniciais concertos ao ar livre, é possível ver novos públicos juntarem-se às actividades recentemente integradas em cada edição do Mercado Quebra Costas. As crianças estão sempre convocadas para uma actividade lúdico-educativa matinal, que poderá variar entre as oficinas temáticas, os workshops de dança ou expressão dramática e as sessões de contos. Durante a tarde, os adultos de todas as idades podem assistir a conversas, debates e lançamentos de publicações. A família pode também descer à rua para se reunir em torno de uma visita guiada ou de um *peddy-paper*, para assistir a uma sessão de teatro de rua, explorar uma exposição ou, claro, ouvir um concerto.

Durante todo o dia, a animação de rua convida a um passeio pelo artesanato urbano nacional, os livros, as revistas, os discos e a comida, ao som da música dos DJs Rádio Universidade de Coimbra (RUC). Para descansar, a organização ergue uma tenda destinada um espaço *lounge*. Aí, também é possível encontrar outras sugestões culturais nas brochuras e prospectos disponibilizadas pelas salas de espectáculo e associações da cidade, as atracções turísticas da região ou, ainda, nas revistas nacionais de distribuição gratuita.

O Mercado Quebra Costas, um evento tão público como a própria rua onde acontece, tende a caminhar no sentido da inclusão de mais e de diferentes projectos, baseando-se na responsabilidade por uma herança cultural activa. Aberto à cidade, o evento quer tratar por tu a cultura da cidade e do país, de forma abrangente, reunindo-a na mesma rua, tantas vezes quanto possível.

* Directora de Comunicação do Mercado Quebra Costas

A proposta portuguesa no *Affordable Houses Project*

Luís Simões da Silva e Vítor Murtinho *

Ainda antes de prenúncio da crise que inevitavelmente tem afectado todo o sector da construção, o grupo ArcelorMittal, o maior do mundo na área do aço, seleccionou 16 universidades espalhadas por diferentes pontos do globo para localmente apresentarem soluções para habitação a preços acessíveis. Como critério de selecção das universidades foi primordial o reconhecimento de produção científica nos domínios da construção metálica. No caso português e para a opção pela Universidade de Coimbra (UC), foi determinante a actividade internacional desenvolvida pelo grupo de Construções Metálicas e Mistas do Departamento de Engenharia Civil (DEC) da UC. Para fazer face a este convite, o DEC/UC estendeu a colaboração ao Departamento de Arquitectura da UC, ficando a equipa consignada a membros de ambas as unidades orgânicas. Este grupo seria complementado por estudantes de doutoramento que puderam inserir parte da produção teorizada nos seus trabalhos de investigação, envolvendo-se assim, no total, cerca de uma dúzia de pessoas ligadas à Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC.

O primeiro objectivo do concurso era o desenvolvimento de projectos com soluções construtivas inovadoras e que se afirmassem como alternativa credível à construção tradicional, quer em termos de desempenho sustentável dos edifícios, quer em termos dos seus custos finais. O segundo objectivo era seleccionar as soluções geograficamente melhor

adaptadas às necessidades locais e promover a sua implementação como soluções alternativas e economicamente viáveis. Como condição de partida estava explícita a utilização intensiva de aço na construção da habitação, já que esta é a base comercial do amplo grupo com sede no Luxemburgo.

O concurso era constituído por duas fases, correspondendo cada uma delas a um semestre de trabalhos e ocupou todo o ano de 2009. Só passavam à segunda fase os trabalhos que o júri internacional considerasse como propostas relevantes, que apresentassem inequívocas qualidades arquitectónicas e potencial para futura exploração comercial. Na primeira fase deveriam ser estudadas em detalhe um conjunto de dados económicos e geográficos de cada país, bem como, apresentada uma solução inovadora em termos arquitectónicos que fosse financeiramente atractiva em relação à construção dominante em cada local. Para a segunda fase seriam escolhidos os trabalhos que mais se destacassem no cumprimento dos requisitos prévios de qualidade arquitectónica e que, para o painel de avaliadores, fossem culturalmente melhor ajustados aos padrões económicos e sociais de cada região. Nesta segunda parte do trabalho deveria ser desenvolvida a solução arquitectónica, complementada pelos projectos de especialidade, com a validação dos montantes orçamentados, demonstrando a sua exequibilidade prática e a competitividade como solução alternativa.

No final da primeira fase foram seleccionadas oito equipas, correspondendo a outros tantos países (Brasil, China, Índia, Polónia, Portugal, República Checa, Roménia e Suécia), tendo sido muito perceptível que a proposta portuguesa, a par da sueca, possuíam uma qualidade intrínseca muito superior aos restantes pares universitários. Este facto, no caso nacional, deveu-se à existência de uma proposta que, além de responder impecavelmente a todos os requisitos do concurso, suplementarmente contemplava a introdução de uma metodologia projectual e a implementação de um conceito arquitectónico inovador e distintivo.

Se a maior parte das propostas apresentadas se limitou a oferecer um cardápio previsível de situações aparentemente muito circunscritas à sua viabilidade económica e com amplos prejuízos do produto final, o projecto português apostou na inovação metodológica como motor para a concepção final.

Partindo dos dados estatísticos disponíveis, facilmente se percepcionou que existia, em termos de mercado, uma enorme procura por habitações unifamiliares, correspondendo esta à opção como residência ou como espaço para férias. Dessa análise também transparecia que as tipologias mais procuradas eram inevitavelmente as do tipo T3. Daí que, a solução portuguesa passasse pela exploração do modelo de habitação residencial e de carácter unifamiliar. Esta opção foi a escolha da maior parte das propostas apre-

sentadas em concurso pelos diferentes países. Esse facto foi muito importante, pois uma das estratégias apresentadas pela equipa nacional foi a possibilidade de adoptar e implementar a solução noutros países, já que parecia que a natureza do programa seria facilmente compatível, após pequenos ajustamentos, com outras realidades. Este estratagema, no decurso do concurso e em sede de apresentação final, veio a provar-se muito adequado e bastante relevante para a apreciação do júri, já que a habitação unifamiliar era uma aposta evidente na maioria das equipas concorrentes (as excepções eram a Suécia, onde a realidade da construção em madeira dificilmente teria na construção em aço uma alternativa pouco credível, ou os casos da Índia e China, onde o modelo desenvolvido foi o de habitação colectiva).

Definido o âmbito contextualizado da habitação, a solução passou pela satisfação de dois requisitos projectuais: primeiro, que fosse definido um polígono base para a construção, mas que esta tivesse a possibilidade de tipologicamente evoluir à medida das necessidades correntes; segundo, que a solução base tivesse alguma capacidade de transmutação do espaço interior, com deslocação ou implementação de mobiliário, podendo por isso apresentar alguma flexibilidade funcional. Estas duas linhas estruturantes do trabalho foram o cadinho dinamizador da proposta e, de algum modo, constituíram a sua matriz distintiva.

Como uma das premissas mais importantes era o cus-



to final da obra, foi estudada uma modelação baseada na distância máxima permitida pela estrutura, já que um dos grandes custos da construção era a estrutura metálica. Como módulo base foi estabelecida uma dimensão balizada por uma grelha estrutural de 60cm e todo o projecto foi pensado em múltiplos desta dimensão. Por sua vez, o módulo base escolhido foi definido por um rectângulo base com sete por oito módulos (4,2m x 4,8m). O rectângulo máximo para implantação da habitação era composto por um máximo de seis rectângulos base (2x3) correspondendo às dimensões 9,6m por 12,6m. Todo o projecto foi desenvolvido respeitando o polígono máximo, atrás referido, constituído por 16 módulos da grelha estrutural, num sentido, e 21 módulos da grelha estrutural, no outro.

Organizacionalmente, a habitação desenvolve-se por dois pisos: um térreo, correspondente às zonas mais públicas da residência, e um superior, destinado à zona de quartos e respectivas áreas de apoio. Todo o programa coincide com as necessidades mais básicas e tradicionais, existindo todavia a possibilidade da habitação poder apresentar hipóteses de aumentar o número de quartos através de soluções construtivas simples e facilmente exequíveis. Uma habitação que parta de uma tipologia base T3, com um mínimo de adaptação e de custos, pode evoluir, dentro do mesmo perímetro volumétrico, para uma tipologia T6.

No caso da solução validada em concurso, a habitação T3 foi incrementada tendo em vista a possibilidade

de ser construída em diversas situações de relações urbanas. A habitação apresenta a possibilidade de funcionar tanto em termos de edifício isolado, como em situação geminada, mas também em banda ou dupla banda. Considerando a questão do preço do terreno, facto determinante para o custo final da obra, todo o projecto foi feito de modo a que, em termos organizacionais, a habitação funcionasse desde situações em que todas as fachadas estavam disponíveis, até à solução limite em que somente uma das fachadas não possui nenhum encosto edificado, permitindo aqui dimensões mínimas para o lote de terreno. Esta situação só foi possível devido à implementação de um pátio interior e que resultou da supressão de um dos módulos base. Paralelamente, prevendo a possibilidade de edificação em terrenos inclinados, foi estudada uma solução variante com múltiplas situações com cave. Graças à diversidade tipológica, perante a possibilidade de introdução de múltiplas variantes dentro do mesmo esquema organizativo, demonstrou-se que a casa podia apresentar mais do que duas dezenas de milhar de soluções. De modo a rentabilizar ao máximo os espaços habitados, a solução foi pensada tendo em vista a minimização dos espaços de circulação. A configuração planimétrica do projecto permite uma fluidez agradável entre as várias funções, não pondo em causa a sua autonomia, mas delimitando os espaços de vestíbulo de entrada ou os corredores de ligação entre espaços habitáveis. Outro aspecto do projecto, também muito impor-



tante, foi o facto da solução base apresentar algumas partes da habitação com carácter mais amovível, o que possibilitava a reorganização funcional de espaço interior, podendo a casa possuir suplementarmente, sem grande prejuízo, um espaço de escritório e mantendo-se os três quartos. Por outro lado, esses mesmos três quartos poderiam, caso assim interessasse, serem espaços de escritório ou zonas privadas de vestir. Essa flexibilidade possibilita que uma mesma habitação possa ser ocupada por um jovem solteiro, por um casal sem filhos, até uma situação com multiplicidade geracional, desde ascendentes a descendentes do casal. Esta hipótese corresponde um pouco àquilo que são as necessidades contemporâneas de crescimento e decrescimentos dos aglomerados familiares.

Dado o crescente interesse que a proposta tem vindo a merecer por parte dos agentes de mercado, e porque corresponde a uma terceira fase do projecto de investigação, está prevista a construção de uma habitação para certificação das soluções construtivas visando a sua implementação em termos comerciais. Paralelamente, existe já uma empresa que pretende produzir habitações em larga escala partindo dos conceitos e da solução investigada, sendo certo que muito brevemente veremos este projecto – ou seus derivados – em múltiplos pontos do globo.

* Professores da Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade de Coimbra



A cultura cinematográfica italiana

8 ½ Festa do Cinema Italiano à beira do Mondego

Angela Latorraca *

A Área de Estudos Italianos do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra organizou, em colaboração com o Teatro Académico Gil Vicente e a associação cultural *Il Sorpasso*, o evento *8 ½ Festa do Cinema Italiano*, que contou também com o apoio da Câmara Municipal de Coimbra. Este festival realiza-se em Portugal pela terceira vez, com uma edição itinerante, mais rica do que as anteriores, que pela primeira vez veio a Coimbra. *8 ½ Festa do Cinema Italiano* pretende divulgar a cultura cinematográfica italiana, através da projecção de filmes, documentários e curtas-metragens apresentados e aclamados nos principais festivais europeus. A criação deste grande evento cultural foi pensada pela associação cultural *Il Sorpasso*, que tem vindo a difundir e a promover a cinematografia italiana. Tendo a Pirelli como patrocinador oficial, foi igualmente apoiado pela Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, a Embaixada de Itália e o Instituto Italiano de Cultura de Lisboa.

O festival viajou pelo território português, como um verdadeiro comboio cinematográfico. A viagem iniciou-se em Lisboa, a 21 de Maio, e daí partiu a 29 para Coimbra, onde se deteve entre 31 de Maio e 2 de Junho. Depois, seguiram-se mais duas paragens: uma em Abrantes e outra no Porto. A cidade universitária acolheu uma selecção pro-

gramática com sete sessões no Teatro Académico Gil Vicente. O documentário *Pinuccio Lovero: sogno di una morte di mezza estate*, de Pippo Mezzapesa, abriu o festival conduzindo o espectador até uma pequena aldeia do sul da Itália, para lhe dar a conhecer Pinuccio e o seu desejo irrefreável de ser coveiro. Na mesma noite, na sessão de abertura oficial de *8 ½ Festa do Cinema Italiano*, o público encontrou a realizadora Susanna Nicchiarelli e a sua primeira obra *Cosmonauta*, uma divertida história de adolescentes que torcem pela corrida soviética ao Espaço, na Itália da década de 1960, através da qual Nicchiarelli apresenta uma abordagem à história política e social do país naqueles anos.

A 1 de Junho, inserido nas comemorações do Dia Mundial da Criança, foi apresentado o filme de animação *La gabbianella e il gatto* de Enzo D'Alò, a partir do romance *História de uma Gaiota e do Gato que a Ensinou a Voar* do escritor chileno Luís Sepúlveda. Ainda nesse dia, foi possível assistir a uma série de curtas-metragens, agrupadas sob a designação de *Il corto – A curta-metragem na Itália* e à projecção de *Dieci inverni* de Valeio Mieli, presente na sala. Trata-se de uma história de amor que se estende por dez anos, desenrolando-se entre as cidades de Veneza e Moscovo. O dia 2 de Junho possibilitou dois importantes



encontros. Por um lado, com o documentário *Terra madre*, do grande cineasta italiano Ermanno Olmi, que reflecte sobre aqueles que, pelo mundo fora, amam e cultivam a terra. Por outro lado, com Giulio Manfredonia que em *Si può fare* relata a chegada de um sindicalista a um hospício, levando os doentes, pouco a pouco, a viverem numa estranha normalidade. A festa de encerramento da etapa conimbricense decorreu no Salão Brazil, prolongando-se o serão pela noite dentro ao som da selecção musical do DJ A boy named Sue.

Em Lisboa, porém, entre 21 e 29 de Maio, a oferta fílmica foi organizada em várias secções que tiveram lugar no Cinema Monumental e no Cinema King. Este ano, pela primeira vez, sete filmes concorreram à atribuição do prémio *Pirelli – Melhor Filme*, galardão atribuído por um júri constituído por prestigiadas figuras do meio cultural português: o músico Paulo Furtado (*The Legendary Tigerman*), o ex-director do Teatro São Carlos de Lisboa Paolo Pinamonti, a actriz Isabel Ruth e o escritor valter hugo mãe. Sendo apresentados em ante-estreia ao público português, relatam a Itália do passado e de hoje, através da construção de personagens complexas e extraordinariamente humanas, até mesmo quando estão à beira da loucura.

De referir, igualmente, que a secção *Fora de competição* contemplou alguns dos mais aplaudidos filmes italianos do último ano, tanto pela crítica como pelo público. Entre eles, realce-se *Vincere*, de Marco Bellocchio, sobre a controversa história de amor ignorada pela Grande História, entre o *duce* Benito Mussolini e Ida Dalsler.

Mas não só longas-metragens foram exibidas durante o festival. A secção de curtas-metragens, de facto, permitiu que os espectadores desfrutassem de uma forma breve, mas surpreendentemente

intensa, de algumas das melhores obras da mais recente produção italiana. Entre elas destacou-se a poética e melancólica *Come si deve*, de Davide Minnella, uma reflexão pertinente sobre a sociedade contemporânea efectuada através da arte culinária.

Italiana.doc foi a secção dedicada aos documentários, mais uma novidade desta III edição de *8 ½ Festa do Cinema Italiano*. Num distanciamento visível da ficção procurou mostrar-se a complexa realidade social, política e cultural da Itália do novo milénio.

Em Lisboa estiveram presentes os realizadores Marco Bellocchio e Matteo Garrone, a quem foram dedicadas duas retrospectivas de algumas das suas melhores obras. O *Ciclo Marco Bellocchio* foi organizado em colaboração com a Cinemateca-Museu do Cinema, que acolheu as projecções. Por sua vez, o realizador de *Gomorra* foi protagonista da retrospectiva *Matteo Garrone – Qui e altrove*.

Numa importante homenagem ao escritor Antonio Tabucchi, o *8 ½* ofereceu também ao público a possibilidade de ver no grande ecrã a transposição de algumas das suas obras mais aclamadas. Tratou-se, em alguns casos, de películas raras e cada projecção foi acompanhada pela intervenção de um orador. Um fascinante encontro entre cinema e literatura.

A viagem do comboio cinematográfico, cheio de visões e ilusões, passou assim por Coimbra, com a intenção de divulgar a magia do cinema italiano. Espera-se que esta fabulosa viagem tenha tido um fim ficcional e que a aventura de *8 ½ Festa do Cinema Italiano* continue nos sonhos dos espectadores e de todos aqueles o animaram.

Ao sabor do *Saber*

Pedro Vaz Serra *

Inovar. Criar. Gerir. Alcançar.

Estas são algumas das palavras-chave que, necessariamente, estão incorporadas no nosso presente. E que, obrigatoriamente, fazem parte do nosso futuro. E não é por capricho, ou moda. Não. É mesmo porque os seus significados, materializados em acções, constituem as vantagens competitivas de um país como o nosso. E traduzem a nossa capacidade de afirmação no mundo. Sejam claros: Portugal não consegue competir – na produção de bens ou na prestação de serviços – baseando-se em critérios que nivelam por baixo a nossa realidade: população com escolaridade reduzida; fraca produtividade; baixos salários. Este não é o nosso caminho. Este não deve ser o desígnio de um país de primeiro-mundo.

O que, hoje, confere valor-acrescentado aos produtos e serviços portugueses são aqueles activos que, muitas vezes intangíveis, potenciam valor ao cliente final e incorporam inovação no mercado. A competência, por exemplo. O conhecimento, por exemplo. A interacção da competência e do conhecimento com o desenvolvimento tecnológico, por exemplo.

Mas, para que tal aconteça, necessitamos de cumprir algumas etapas e de concretizar alguns métodos e procedimentos. Vejamos: apenas 22% da população portuguesa conclui o Ensino Secundário. É chocante. Custa a acreditar. Mas é a realidade. No meio empresarial nacional, 75% dos empresários não têm o Ensino Secundário e apenas 12% destes concluíram o Ensino Superior. É desconcertante. Incomoda-nos. Mas correspon-

de, também, a uma parte do país real.

O que precisamos de fazer, então, para alterar estes cenários e para contribuir para a melhoria qualitativa e quantitativa do nosso tecido empresarial?

Desde logo, ajudar a mudar atitudes.

E potenciar a alteração de mentalidades.

E contribuir para a formação de consciências.

A vida não é traçada a régua e esquadro.

E a vida também não é vista a preto e branco.

A vida é policromática. Por vezes, com cores mais discretas. Outras vezes, com cores mais visíveis.

E a vida deve ser vivida ao *sabor do Saber*, ao ritmo da experiência adquirida. Em sintonia com a nossa capacidade de liderança. Com a nossa apetência para mobilizar equipas. Com a nossa pré-disponibilidade para atingir objectivos. Com vontade de ultrapassar expectativas.

Precisamos de acreditar nas nossas capacidades.

Precisamos, também, de ter consciência das nossas dificuldades. Mas, igualmente, precisamos de ter confiança e determinação para ultrapassá-las.

E precisamos, igualmente, de ter e promover a vontade de percorrer caminhos. Caminhos,

por vezes, sinuosos, com curvas e contra-curvas.

Outras vezes, com linhas rectas e amplas. Com

semáforos verdes, amarelos e vermelhos. Por vezes, avançamos. Outras vezes, temos de redobrar

a nossa atenção. Outras ainda, temos de parar.

Parar para reflectir. Parar para recuar. Parar

para dar um passo atrás e, logo de seguida, dar

dois para a frente.

Tudo isto faz parte do nosso dia-a-dia. Da nossa

existência como cidadãos. Da nossa capacidade de fazer mais e de fazer melhor. E, quase sempre, de fazer diferente.

E é, também aqui, que há um imenso horizonte a percorrer. Um caminho, uma parceria, uma aproximação reciprocamente vantajosa entre as empresas e as *fontes de Saber*. Não é mais possível ter as empresas e as universidades pouco convergentes. Ou com pouca comunicação. Ou com ruído nos fluxos de transferência. Ou sem objectivos comuns.

Hoje, a transferência de saber – das empresas para a Universidade e da Universidade para as empresas – é, não só, uma atitude, não só um imperativo, mas também um factor de consistência, sustentabilidade e coerência nos processos. É desta comunicação que, também, resultará um melhor futuro. Para todos.

Para os empresários, pela oportunidade de acrescentarem conhecimento às competências das suas equipas. Para a Universidade, pela oportunidade de acrescentar visão empresarial e sentido pragmático nas acções. Para os colaboradores das empresas, pela oportunidade de, em permanência, manterem um elevado nível de empregabilidade, adequado ao tempo e às circunstâncias. Para os alunos, pela oportunidade de, mesmo antes de concluírem a formação de base, interagirem com a vida profissional activa, exigente pelo ritmo, mas gratificante pelos desafios. Estamos perante uma convergência ganhadora. E determinante.

Agora que aqui chegámos, agora que as empresas e a Universidade percorrem caminhos comuns, agora que os desígnios são coincidentes, agora que conseguimos criar as condições, temos, todos, de agir em sintonia e com espírito de parceria.

Uma parceria – de ritmos, vontades, esperanças, desafios, certezas, incertezas, hesitações, energias, trabalhos em rede, informações, preocupações, êxitos, fracassos, riscos, forças, fraquezas, feitos, perfis, personalidades, horários, espaços – que permita antecipar tendências e criar espaço de actuação.

Um caminho, também, feito com criatividade e com inovação. A inovação que corresponde ao processo de transmissão das boas ideias que temos até aos bons mercados que sabemos que existem, utilizando os instrumentos adequados. Parece simples. Mas não é. Mas é possível e está ao nosso alcance. E já temos provado, muitas vezes, que conseguimos!

E, para que tal aconteça, temos de trabalhar, diariamente, em convergência. Com sentido estratégico. Com sentido prático. Com a correcta afectação de recursos. Com consciência do tempo que temos. Sensíveis aos desafios que não são só nossos. São do mercado. Um mercado aberto, ágil, competitivo, concorrencial e global.

Estamos em Coimbra. Ainda bem. Estão aqui reunidas as condições para contribuirmos para o crescimento e desenvolvimento do nosso país, da nossa região, da nossa cidade. Mas também estão aqui reunidas as condições para ultrapassar fronteiras. Para irmos com as boas equipas até aos bons projectos. E com os bons projectos até aos bons resultados. Caminhar até às boas oportunidades. Estejam aqui, mais perto de nós. Ou estejam do lado de lá do mundo, em latitudes longínquas.

Estarmos em Coimbra não é factor limitativo e, muito menos, factor de exclusão. Antes pelo contrário, estar em Coimbra é um estímulo acrescido. E uma responsabilidade redobrada – pelo exemplo do passado e pela presença de futuro.

As empresas estão despertas. A Universidade está aberta. Todos queremos estar “à frente do nosso tempo”. E todos queremos contribuir para a formação de consciências empreendedoras, pela Educação e pela Cultura. No sector Público. E no Privado. A gerar emprego. A criar valor. A otimizar recursos. A gerir equipas. A coordenar meios.

A inovar. A criar. A gerir. A alcançar!

Breves

Arte em diálogo no CAPC

“The Above” explora diferentes formas de olhar para a colecção CAPC de Arte Contemporânea, em vários formatos – fotografia, filme, texto – que pretendem sublinhar a identidade da colecção.

Obras em diálogo: é este o conceito de *The Above*, exposição inaugurada em Maio no CAPC – Círculo de Artes Plásticas de Coimbra, no Parque de Santa Cruz. Composta por trabalhos de Ana Rito, Ana Mata, Baltazar Torres, Entertainment Co. (João Tabarra + João Louro), Gabriela Albergaria, Miguel Ângelo Rocha, Miguel Leal, Miguel Palma, Pedro Campos Rosado, Pedro Pousada, Sparring Partners (A. Geirinhas, P. Amaral e J. Fonte-Santa) e Sebastião Resende, a mostra quer acentuar a universalidade da arte e, especificamente, a identidade do CAPC, cuja colecção de arte contemporânea abrange o período que vai desde a década de 70 do último século até à actualidade. Esta é constituída tanto por aquisições directas, obras em depósito, de artistas e de coleccionadores privados, como por doações.

The Above reúne artistas de diferentes gerações em diálogo sobre a colecção do CAPC, num diálogo recheado de aporias diversas submetidas ao mesmo carácter: a obra de arte, universal, mas única através da sua visualização. Nesse contexto, géneros mais formais coexistem com interpretações alternativas, que pretendem não distinguir entre arte e vida.

A colecção do CAPC inicia-se simbolicamente a partir de 1970, e a primeira grande situação expositiva tem lugar com *The Above*, a decorrer

entre 21 e 30 de Julho. Seguir-se-ão, desta forma, mais dois momentos: uma selecção de filmes e vídeos, em Outubro, e outro momento expositivo está previsto para Fevereiro de 2011 que, além do espaço do CAPC, ocupará outros lugares da cidade.

O Círculo de Artes Plásticas de Coimbra é um organismo autónomo da Universidade de Coimbra e promove acções específicas, integradas em programas pedagógicos próprios, com o objectivo nuclear de promover a arte e cultura contemporâneas.

Mulheres independentes e as *Novas Cartas Portuguesas*

Quinta edição de All My Independent Women foca-se no livro “Novas Cartas Portuguesas”, de Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta.

A Casa da Esquina recebeu a quinta edição do projecto *All My Independent Women* (AMIW) que, mais do que uma exposição, pretende ser uma plataforma de pensamento feminista. Desta feita, o encontro nasceu não só da parceria com a Casa da Esquina, mas também do interesse suscitado pelo livro *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta.

Nesta quinta edição de AMIW, procurou-se a recuperação da experiência colectiva das *Cartas*, um dos marcos do feminismo em Portugal, sendo mesmo considerado por muitos o livro

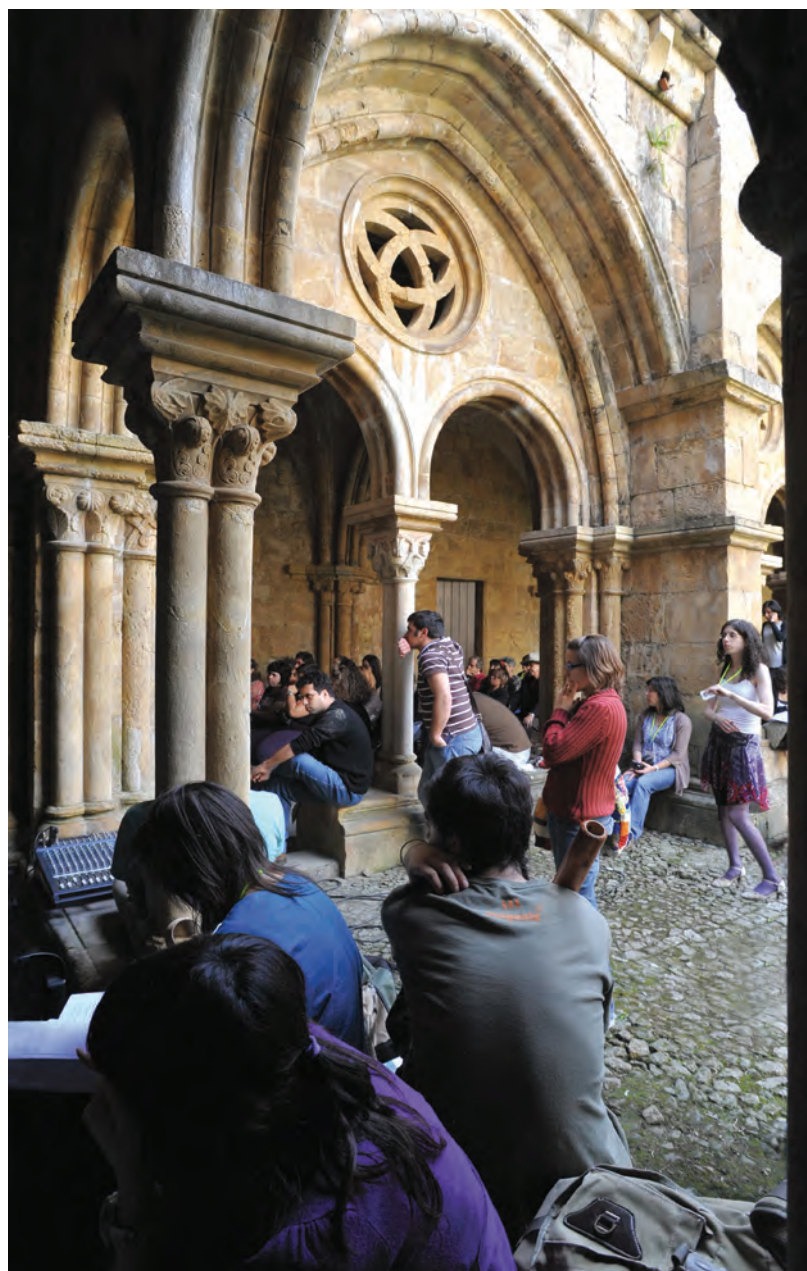
pioneiro do pensamento feminista na literatura portuguesa. Lançado em 1972, e composto por textos em prosa e em verso, foi inclusivamente alvo de processo por imoralidade e pornografia, o qual viria apenas a terminar com o 25 de Abril de 1974.

Com cerca de 40 participantes, pretendeu-se, então, reler colectivamente o livro, com o objectivo de construir uma nova subjectividade e paixão, linhas com que se define o diálogo com o resto. A partir das *Cartas*, estabeleceu-se uma reflexão sobre o feminismo em Portugal, discussão esta que tomou diversas formas, consoante as propostas dos convidados: linguagem visual, performativa, sonora e escrita.

Miguel Bonneville, Alice Geirinhas, Filipe Canha, Teresa Carrington, Anais Caruana, Cristina Casnellie, Carla Cruz, Mónica Faria, Projecto Gentileza, Christina Casnellie, Rudolfine Lackner, Cláudia Lopes, entre muitos outros, foram alguns das presentes num evento que teve uma forte vertente internacional com a presença de artistas da Alemanha, Áustria, Itália e dos Países Baixos, e que se estendeu a vários espaços da Casa da Esquina, espaços públicos e espaços parceiros nas cidades de Coimbra, Porto e Braga e ate mesmo na realidade virtual da internet, nomeadamente do *Second Life*.

24

All My Independent Women surgiu em 2005 como projecto de divulgação e promoção de arte de cariz feminista/género, pela artista Carla Cruz, a partir de um convite de Lúcia Araújo.



Os Encontros Internacionais de Poetas

Maria Irene Ramalho *

Realizou-se a 27-29 de Maio de 2010, em Coimbra, com muito êxito, o VII Encontro Internacional de Poetas.

Não foi fácil. A Comissão Organizadora deste VII Encontro – constituída por Adriana Bebiano, Graça Capinha, Isabel Caldeira, Isabel Pedro, João Paulo Moreira, Maria José Canelo, Carla Sofia Antunes e por mim própria – viu-se confrontada com mais obstáculos do que nunca. Numa sociedade cada vez mais brutalmente dominada pela suposta eficiência das leis do mercado e por supostos pragmatismos, a partilha-do-ser-enquanto-liberdade que a poesia nos oferece enquanto seres humanos, não é prioridade. A hegemonia mercantilista que nos cerca não quer perceber que os Encontros Internacionais de Poetas são eventos únicos em Portugal e no mundo, que mereciam ser muito mais acarinhados. Tem-nos valido o solene compromisso da Universidade de Coimbra (UC) com a sua vocação humanística e internacional. Estiveram incondicionalmente do nosso lado a Reitoria, a Faculdade de Letras da UC (FLUC) e o CES-Laboratório Associado.

Os Encontros Internacionais de Poetas surgiram em 1992, como forma de celebrar o centenário da última edição – a chamada “death-bed edition” – de *Leaves of Grass*, de Walt Whitman. Em vez de um congresso académico sobre o poeta norte-americano, igual a tantos outros que então surgiam um pouco por todo o mundo, um punhado de docentes do Grupo de Estudos Anglo-Americanos da FLUC tomou a seu cargo a

organização de uma Festa da Poesia em honra do poeta americano, de acentuadas preocupações académicas e educativas. Com poetas convidados de Portugal e de outras partes do mundo, a festa consistiu, essencialmente, numa homenagem a Whitman, incluindo performances e leituras de poesia, ocupando as tardes e as noites e, preenchendo as manhãs, mesas-redondas de salientada orientação académica, para discussão de aspectos diversos da obra do autor. O nosso público privilegiado foi sempre constituído pelos nossos estudantes.

No início da década de 1990, a leitura pública de poesia estava pouco divulgada em Portugal.

Alguns dos membros do Grupo de Estudos Anglo-Americanos, com destaque para Graça Capinha, que viria a criar, em Oficina de Poesia, o primeiro curso de Escrita Criativa do país, tinham já participado em experiências desta natureza, nomeadamente nos EUA, onde a leitura pública de poesia há muito invade não só o espaço das universidades, mas também os espaços públicos das cidades, desde bibliotecas a livrarias, a bares, cafés, parques e até lugares de culto. Em 1992, a prática era quase inexistente em Portugal. Poetas como Fíamã Hasse Pais Brandão e Yvette Centeno confessavam que liam os seus poemas pela primeira vez em público durante o Primeiro Encontro; António Ramos Rosa fazia-o pela segunda ou terceira vez na sua vida. Hoje em dia, em Portugal, a situação mudou radicalmente, e é fácil esquecer o gesto pioneiro desse primeiro



Encontro Internacional de Poetas que, em Maio de 1992, animou a Universidade e a cidade durante quatro dias inesquecíveis.

Desde então, de três em três anos, os Encontros Internacionais de Poetas trazem até à cidade de Coimbra poetas e especialistas de poesia do nosso país e das mais variadas partes do mundo, de diferentes línguas e culturas, contribuindo decididamente para divulgar e internacionalizar a cultura portuguesa, alargando-lhe os horizontes. De cada Encontro resulta uma antologia bilingue dos poetas participantes. Aos cinco volumes de *Poesia do Mundo* vindos, entretanto, a lume, junta-se agora o sexto, *Poesia do Mundo 6*, com uma belíssima capa de Isabel Pedro, lançado no último dia do VII Encontro. Os poetas de língua portuguesa são traduzidos para inglês, e os de outras línguas são traduzidos para português. Com vários poetas portugueses traduzidos, pela primeira vez, em língua inglesa nestas antologias, a poesia portuguesa tem visto a sua divulgação amplamente alargada. Acresce que muitos poetas estrangeiros, regressados aos seus países de origem, empenham-se de igual modo na divulgação da poesia do nosso país.

A Oficina de Poesia, o curso de Escrita Criativa, e a *Oficina de Poesia*, revista de poesia, dirigida também por Graça Capinha, são indissociáveis dos Encontros de Poetas. Em ambas se concretizam os objectivos inicialmente definidos para os Encontros: encorajar jovens poetas, que porventura nem sabem que o são, e promover a apreciação da poesia portuguesa no contexto amplo da poesia mundial. Os Encontros orgulham-se de abrir as suas portas a grandes poetas galardoados, como os Nobel José Saramago e Seamus Heaney, a poetas populares, como Manuel Afonso Gaspar e Virgínia Maria Dias, e a poetas em início de carreira, como a portuguesa Ana Luísa Amaral, que anos decorridos se tornou numa poeta internacionalmente reconhecida e largamente premiada. Reunir poetas de grande reputação e poetas praticamente desconhecidos continua a

ser um princípio sagrado dos Encontros. A par de poetas celebrados de diferentes partes do mundo, o VII Encontro trouxe até nós Maria Nice Machado Aires, quebradeira de coco e encantadeira do nordeste brasileiro; e Martinho da Vila, o famoso músico e compositor de samba e jazz, em momento de querer afirmar-se também como poeta lírico.

No decurso dos seis Encontros já realizados, visitaram Coimbra centenas de poetas de todo o mundo e das mais variadas línguas e culturas. Coimbra tem ouvido nestes Encontros muitas das línguas a que há muito se tinha já habituado (português, espanhol, francês, italiano, inglês, alemão), mas também outras mais distantes (romeno, russo, hebraico, árabe, chinês, tailandês, quíchua). A Comissão organizadora do VII Encontro escolheu como tema geral “As Línguas da Poesia”.

Já alguém disse que a língua da poesia é sempre a mesma, e sempre estrangeira. Este foi um dos problemas que nos ocupou em Maio passado. Com a colaboração dos poetas que nos visitaram, pensámos a materialidade da língua-órgão no corpo e na corporalidade dos gestos, a língua como comunidade falante, a singularidade na diversidade das falas, a inter-traduzibilidade das expressões. Reflectimos sobre as mais diversas manifestações da poesia e os modos como ela diz o mundo, do puro canto à celebração, da proclamação ao silêncio, da intervenção à resistência, das continuidades às rupturas. De novo, o VII Encontro reuniu poetas de países, línguas e culturas diversas. De novo, o Encontro Internacional de Poetas, com poesia, música, espectáculo e festa, contribuiu para nos dar a certeza de que somos humanos e ao mesmo tempo confirmar a vocação humanística e a projecção no mundo da UC.

* Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Encontros de Fotografia de Coimbra

Apontamentos sobre os *Encontros de Fotografia,* 30 anos depois

Miguel Amado *

1. A 5 de Maio de 1980 realizavam-se os primeiros *Encontros de Fotografia*. Desse momento fundador resta apenas uma memória vaga, a dos que fizeram essa edição inaugural do festival – fossem eles os organizadores, os fotógrafos ou até mesmo os visitantes das exposições. Alguém se lembrou de repetir um gesto tantas vezes ensaiado ao longo dos anos e resolveu emoldurar, agora não uma imagem fotográfica, mas um cartaz daqueles primeiros *Encontros de Fotografia*. No seu amarelo pálido e com um grafismo datado, este revela-se entre inúmeras folhas presas com fita-cola, listas de contactos e um quadro de cortiça cheio de papéis afixados com pineses. Está pendurado na parede de uma pequena sala onde todos os dias diversas pessoas colaboram na construção de uma instituição. Habitualmente ignorado pela urgência de mais um telefonema ou e-mail, de uma carta ou de um qualquer outro documento, a sua presença marca contudo todos aqueles que, por uma ou outra razão, cruzaram a sua vida com a dos *Encontros de Fotografia*. É que ele simboliza a paixão pela fotografia, em particular, e pelas artes visuais, em geral, que ambos, pessoas e instituição, sempre protagonizaram.

2. “O conjunto de iniciativas que constituem os 1.ºs Encontros de Fotografia de Coimbra são uma pri-

meira atitude organizada sobre a fotografia”. Com esta frase começa o curto texto de apresentação da edição inaugural do festival – é bom lembrá-la, pois ela anuncia o espírito que sempre caracterizou os *Encontros de Fotografia*.

No início dos anos 80 do século passado rareavam no nosso país organismos de divulgação da fotografia, tais como museus ou galerias – importava portanto criá-los. Contudo, tal só deveria acontecer seguindo-se princípios sustentados numa ideia informada do papel a desempenhar, em Portugal, por uma instituição.

Os *Encontros de Fotografia* repensaram, por isso, ao longo dos anos, a filosofia que presidia à sua actuação, alterando em diversas ocasiões o seu conceito estratégico. No período inicial acolhiam exposições itinerantes, muitas das quais oriundas de vários países a expensas das respectivas embaixadas. De meados dos anos 1980 em diante organizaram grandes exposições, tratasse-se de colecções significativas ou de retrospectivas de fotógrafos importantes. A partir de princípios da década de 1990 tornaram-se numa estrutura de produção e difusão de exposições, apostando significativamente no desenvolvimento de projectos próprios.

Ao longo de 20 anos, os *Encontros de Fotografia*

desenvolveram um trabalho caracterizado pela excelência da sua programação, onde se destaca a apresentação de exposições de fotógrafos incontornáveis da História da Fotografia, a encomenda de projectos específicos a artistas reconhecidos no circuito da arte internacional e a aposta em autores portugueses. Assim, apresentaram regularmente em Portugal um conjunto significativo de exposições. Citem-se, a título de exemplo, as seguintes: por um lado, retrospectivas de fotógrafos relevantes, tais como August Sander, Duane Michals, Édouard Boubat, Henri Cartier Bresson, Herbert List, Jacques-Henri Lartigue, Joel-Peter Witkin, Manuel Alvarez Bravo, Ralph Eugene Meatyard, Ralph Gibson, Robert Frank e Walker Evans; por outro, importantes exposições colectivas, como por exemplo “Fotografia Subjectiva

Alemã”, “Fotografia da Bauhaus”, “Vanguarda Russa (Fotografia e Cinema)” e “Colecção Graham Nash”.

Os *Encontros de Fotografia* dedicaram, desde o início, uma especial atenção à fotografia portuguesa, contribuindo decisivamente para a revelação de obras desconhecidas e para a afirmação das carreiras artísticas de inúmeros fotógrafos. Deste modo, mostraram-se nomes como António Júlio Duarte, Daniel Blaufuks, João Tabarra, Jorge Molder, José Maças de Carvalho, José Manuel Rodrigues, Luís Palma, Manuel Valente Alves, Paulo Nozolino e Victor Palla. No que concerne à investigação, revisitaram-se autores semi-esquecidos, ou mesmo totalmente desconhecidos, do século XIX e XX. A título de exemplo, citem-se os seguintes projectos: “Viagens em Angola, 1877-1897”, de J.A. da





Cunha Moraes; “No Trilho dos Cavalos de Ferro”, da Casa Biel; “O Douro de Alvão”, de Domingos Alvão; “Na Índia dos Vice-Reis, Imagens da Saudade Antecipada”, de Souza & Paúl e Adolpho Moniz; e “Finisterra”, de Orlando Ribeiro.

Os *Encontros de Fotografia* também encetaram pontes com a produção internacional, procurando sempre desenvolver uma vertente experimentalista, um espaço da inovação estética, introduzindo temas que explicitavam os rumos actuais da fotografia. Mencionem-se os trabalhos de Andreas Müller-Pohle, Alfredo Jaar, Andreas Gursky, Boyd Webb, Cristina Nuñez, Debbie Fleming Caffery, Dolorès Marat, Emmett Gowin, Frédéric Bellay, Gabriele Basilico, Gilbert Fastenaekens, Hamish Fulton, Hiroshi Sugimoto, Humberto Rivas, Joel Bartolomeo, Lewis Baltz, Luigi Ghirri, Marin Kasimir, Mark Klett, Massimo Vitali, Nick Waplington, Nobuyoshi Araki, Paul den Hollander, Ruth Thorne-Thompson, Valerie Jouve, Walter Niedermayer e Yves Trémorain.

3. No início dos anos 1980, perante a ausência de uma cultura da imagem fotográfica no nosso país, os *Encontros de Fotografia* assumiram a responsabilidade de a fomentar, operando simultaneamente em dois sentidos complementares. Por um lado,

implantando um festival segundo o modelo então existente noutras cidades europeias, o que representava apostar na quantidade e diversidade de exposições. Por outro lado, estabelecendo uma matriz programática caracterizada pelo equilíbrio entre a preocupação com a história e a atenção à contemporaneidade, o que significava provocar o confronto entre múltiplas orientações estéticas.

A crescente proeminência da fotografia no domínio das artes visuais sugeriu a transformação dos *Encontros de Fotografia*. A passagem a uma periodicidade bienal verificada em 2000, ano da última edição, acentuou o seu estatuto de evento de arte contemporânea centrado na imagem fotográfica e meios de expressão afins, como o filme e o vídeo, e lançou as bases da instituição que lhe sucederia, o Centro de Artes Visuais (CAV), fundado em 2003.

4. Os *Encontros de Fotografia* podiam orgulhar-se do seu passado. Porém, não queriam viver dele. Sem rejeitar o que se fizera, tomou-se a consciência de que a vocação e o modelo organizacional já não podiam ser os mesmos de há duas – ou mesmo uma – décadas. Assim, a abertura de novas instalações, com o lançamento do CAV, sendo um marco histórico, constituiu também uma oportunidade

para um redimensionamento e conseqüente solidificação da posição já ocupada no contexto cultural português.

No Pátio da Inquisição, sede do CAV, protagonizou-se, tal como em 1980, um gesto pioneiro. Atentos à constante articulação da fotografia com a criação no domínio da imagem em movimento, os *Encontros de Fotografia* deixaram de entender a imagem fotográfica enquanto *medium* específico e passaram a concebê-la como mais um *media* entre todos os que compõem o actual universo das artes visuais, estimulando assim um diálogo entre todas as disciplinas artísticas da criação contemporânea. Esta mudança justificou-se na medida em que perdeu sentido a existência de instituições estritamente vocacionadas para a divulgação da fotografia.

É que a sua razão de existir, na esteira do trabalho de Alfred Stieglitz na Galeria 291 ou de Beaumont Newhall no The Museum of Modern Art, em princípios e meados do século XX, residia na afirmação do estatuto artístico da imagem fotográfica. Ora, a pertinência desta acção esmoreceu quando se esbateram as fronteiras entre as condições ontológicas da fotografia e das artes visuais, respectivamente reprodutibilidade e raridade. E, conseqüentemente, quando as instâncias museológicas iniciaram o processo de assimilação da imagem fotográfica, estabelecendo para ela um espaço discursivo, metodologias e julgamentos iguais aos das artes visuais.

5. A relação amorosa entre os *Encontros de Fotografia* e Coimbra começou logo em 1980. No âmbito da edição inaugural do festival, realizava-se a iniciativa *Quatro olhares sobre Coimbra*, assim descrita no desdobrável então publicado: “Esta exposição é o corolário do concurso de fotografia em que a selecção dos quatro fotógrafos se fez a partir de ‘portfolios’, e que possibilitou a cada um deles, além do prémio monetário de 10.000\$, a estadia em Coimbra para a realização das fotografias que agora se apresentam”.

Estas palavras, cuja leitura suscita hoje tanto de espanto como de fascínio, prenunciavam um laço

que perdurou até hoje – e é nessa medida que se destaca um daqueles olhares sobre Coimbra. “Paulo Nozolino. 25 anos. Vive em Lisboa. (...) Parte para Londres em 1975 para aprofundar conhecimentos, ingressando no London College of Printing num curso de três anos de fotografia. (...) Finalmente regressa a Portugal em 1979 para trabalhar num projecto pessoal e onde permanece eternamente desempregado.” É de Paulo Nozolino então que se trata. E é nas suas fotografias que Coimbra, a cidade, se sintetiza.

6. *Quatro olhares sobre Coimbra* representava a vontade de formar um acervo fotográfico. Os *Encontros de Fotografia* implementaram, assim, desde os anos 1980, uma política de aquisições e encomendas, para tal canalizando parte relevante dos recursos disponíveis. As encomendas e aquisições feitas ao longo das várias edições do festival, bem como as doações dos próprios fotógrafos, revelaram-se fundamentais para cumprir tal desejo – gerando a *Colecção dos Encontros de Fotografia*, ainda hoje em crescimento através da actividade do Centro de Artes Visuais.

Assumindo o dever de desenvolver um fundo de natureza patrimonial no domínio da arte contemporânea, os *Encontros de Fotografia* e, desde 2003, o CAV constituíram uma colecção composta pelas obras resultantes da sua política de encomendas e de aquisições. Este espólio foi acrescido pelas doações que, generosamente, os artistas sempre fizeram, complementando o conjunto entretanto reunido. Hoje constituída por mais de 2000 obras, a colecção dos *Encontros de Fotografia/CAV* é o mais importante de âmbito institucional privado existente no nosso país, assumindo-se talvez como o principal legado desta instituição marcante da cultura portuguesa.

* Comissário de exposições e crítico de arte contemporânea. Iniciou actividade neste domínio nos *Encontros de Fotografia*, com os quais colaborou desde 1991. Colabora, igualmente, com o CAV desde a sua fundação.



A oficina escultórica de Mestre Pero: uma abordagem interdisciplinar

Francisco Pato de Macedo * e Francisco P. S. C. Gil **

Adoptar a oficina de Mestre Pero como objecto de pesquisa equivale ao enfrentamento de largas dezenas de peças de escultura em pedra, de grande diversidade, desde arcos tumulares a retábulos ou imagens avulsas de vulto redondo, espalhadas por igrejas e museus do nosso país e da vizinha Galiza, produzidas na primeira metade de Trezentos.

Avançando hipóteses, quase exclusivamente fundamentadas em metodologias de cariz formalista, a historiografia da arte, a partir da segunda década do século XX, tem imputado ao cinzel deste mestre, que continua sem um “corpus” biográfico, ou à sua oficina, de que são igualmente desconhecidos os contornos, um acervo escultórico a que é cometida a responsabilidade pela introdução de mudanças morfológicas, formais e iconográficas, na plástica portuguesa da primeira metade do século XIV.

Respondendo ao estímulo de numerosas encomendas, tanto de religiosos como de laicos, numa época de mudança na relação do homem com o sagrado e na concepção sobre a vida e a morte, bem como no incremento de novos cultos e na necessidade de serem traduzidos em imagens, foi levada a cabo uma abundante produção escultórica que utilizou como suporte o calcário oolítico, conhecido pela designação vulgar de pedra de Ançã.

A utilização deste tipo de pedra, aliada à documentada permanência em Coimbra de Mestre Pero e à quantidade de obras conservadas nesta cidade,

esteticamente afins, e que, por essa razão, lhe foram imputadas, remete para a sua actividade na cidade do Mondego, na segunda e terceira décadas do século de Trezentos. O domicílio em Coimbra deste “mestre de imagens” pode validar-se através de documento, datado de 1334, do contrato que celebrou para a realização do túmulo do Arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira. Esta mesma eventualidade pode ser comprovada por outro documento, três anos mais tardio, referente ao pagamento a este mestre por D. Vataça Lascaris, aia da rainha Santa, de uma determinada quantia pela realização do seu túmulo, destinado à Sé Velha de Coimbra.

A partir destas duas atribuições documentadas, a historiografia da arte tem extrapolado, de modo a conferir ao escultor, bem como à sua oficina, um conjunto numeroso e diversificado de obras que se conservam não só em Coimbra e sua região, mas também em cidades como Lamego, Santarém, Lisboa ou Évora, entre outras localidades.

Este mestre e a sua ainda brumosa oficina motivou a concepção de um projecto multidisciplinar envolvendo uma equipa que inclui Historiadores da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (UC) da Universidade Aberta e do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; Físicos, Químicos e Geólogos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC e da Universidade da Beira Interior; Conservadores-Restauradores do



Museu Nacional de Machado de Castro e do Instituto Politécnico de Tomar e que conta com a colaboração da Confraria da Rainha Santa, da Direcção Regional da Cultura do Centro e do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

A investigação das características geológicas dos suportes pétreos, assim como da composição química dos pigmentos utilizados na policromia de algumas das obras, em articulação com uma pesquisa documental e uma análise formal e iconográfica das peças, sustentada no recurso à fotografia e à infografia de detalhes, objectivam os intentos deste projecto. Trata-se de uma abordagem inédita que contribuirá decisivamente para um conhecimento mais aprofundado e rigoroso das características oficiais, designadamente através da individualização da técnica própria do mestre e da que caracterizou os seus oficiais. A consistente reavaliação desta produção escultórica permitirá apartar obras que inconsistentemente têm sido agregadas a esta oficina, quando,

na realidade, se devem integrar no labor de outras. Com o desenvolvimento deste estudo surgirá a oportunidade para a elaboração de um diagnóstico do estado actual de conservação das obras, fundamental para alicerçar futuras intervenções de carácter conservativo. Encontra-se também prevista a utilização dos dados obtidos num estudo comparativo com a escultura internacional da época, designadamente com a que foi produzida nos estados da Coroa de Aragão, de onde o mestre escultor tem sido, embora sempre de modo hipotético, considerado originário. Um rastreio dos efeitos desta produção na escultura portuguesa subsequente complementa os objectivos do estudo.

Atendendo à relevância de Coimbra na obra deste mestre é sobre peças que se conservam nesta cidade, que se está a iniciar a investigação, conquanto haja a intenção de estendê-lo à generalidade do país. Assim, num primeiro momento, a pesquisa incide nas arcas tumulares de Isabel de Aragão, a rainha



Santa, na de sua neta, a infanta Isabel, actualmente no Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, bem como em cerca de uma dezena de esculturas avulsas do acervo do Museu Nacional de Machado de Castro e ainda sobre algumas peças exumadas na recente intervenção no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

Os estudos laboratoriais sobre as obras referidas incidem sobre técnicas analíticas macro e microscópicas, nomeadamente: microscopia com luz polarizada para caracterização petrográfica do suporte e para revelar a estratigrafia das camadas pictóricas, as propriedades ópticas e a forma dos cristais; enquadramento geo-histórico e cartográfico, seguido da identificação das unidades geológicas de onde proveio; técnicas de micro-espectroscopia Raman, difracção de raios-X pelo método de pó e Fluorescência de raios-X, para identificação dos materiais de que são compostos os pigmentos e preparações; caracterização colorimétrica e manipulação de imagens hiper-espectrais, com o intuito de simulação

do aspecto cromático da obra de arte no momento em que terminou a sua execução e em cada fase de repintura ou de restauro, a partir da informação obtida de cada pigmento individualmente e simulando as possíveis misturas de pigmentos e técnicas de execução.

Os primeiros resultados laboratoriais, realizados com amostras recolhidas nos túmulos da rainha Santa e no da infanta Isabel, permitem avançar alguns dados no respeitante à policromia.

Quanto ao túmulo da rainha, verifica-se que houve nele dois momentos marcantes de aplicação de policromia. A mais recente foi responsável por pintar numa cor única e tornar planas as superfícies acima dos nichos que se abrem nas faces e que, inicialmente, apresentavam motivos florais, em relevo, pintados a verde, negro e vermelho, sobre fundo dourado. A pintura mais recente deste túmulo, executada em 1782, como documenta inscrição colocada em torno da arca, usou um material menos nobre para



obter dourado, aparentemente purpurina, em vez de componentes como o ouro e a prata, aplicados inegavelmente na camada interior da pintura.

No túmulo da infanta Isabel, detectam-se igualmente dois momentos na policromia, à excepção do frontal da direita que, por ter estado, com toda a probabilidade, encostado a uma parede, não sofreu repintura. Por isso, a análise desta face revela-se fundamental para uma reconstituição da pintura original. Assim, as superfícies planas acima dos nichos apresentam uma fina pintura negra, representando ramagem de folhas diversas sobre fundo dourado, à semelhança do que referimos para o túmulo da rainha. Na superfície das pilastras, que separam os nichos deste frontal, pode ver-se a representação pictórica alternada da heráldica da infanta tumulada. Os nichos, em que se dispõem as figuras de santas, apresentam, diversamente das faces repintadas, fundo azul com um contorno dourado e são encimados por pináculos, em relevo, igualmente dourados. Nas figuras que preenchem os nichos a paleta de cores é também mais rica e diversificada, com variações em função da personagem representada.

A análise da composição química dos pigmentos utilizados na pintura frontal do lado direito do túmulo da infanta e na camada interior das restantes faces, aproxima-a da dos empregues na pintura primitiva do túmulo da rainha, designadamente na utilização de componentes auríferos e argênteos para obtenção dos dourados, contribuindo para um efeito esteticamente mais expressivo e em maior consonância com o carácter internacional da oficina de mestre Pero.

Estamos convictos de que a investigação aqui apresentada permitirá trilhar caminhos novos na decifração de documentos pétreos tão significativos.

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/CEAUCP

** Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra/CEMDRX



Ao Largo

ENTREVISTA
RETRATO DE CORPO INTEIRO
CRÓNICA
LUGAR DOS LIVROS



“Este não é o meu país. O meu país é as Fontainhas”

Por Marta Poiares e Pedro Dias da Silva

Cineasta um pouco por acaso, Pedro Costa já venceu inúmeros prémios internacionais e viu revistas como Cahiers du Cinema ou The New Yorker elegerem as suas obras como alguns dos melhores filmes da última década. Vencedor “ex aequo” da 7ª edição do Prémio Universidade de Coimbra (UC), que partilhou com o escritor Almeida Faria, Pedro Costa estreou-se no cinema em 1989, com a longa-metragem “O Sangue”, a que se seguiram “Casa de Lava” (1994), “Ossos” (1997), “Sicília” (1999), “No quarto de Vanda” (2000), “Onde jaz o teu sorriso?” (2001), “Juventude em Marcha” (2006) e “Ne Change Rien” (2009). Três têm como cenário comum as Fontainhas. Falar de Pedro Costa é, também, falar deste bairro de lata outrora erguido em Benfica – agora deslocado para o Casal da Boba, na Amadora –, onde o realizador irá regressar, novamente, no seu próximo projecto. O que é certo é que da obra já não se distingue o realizador e nos filmes, ou fora deles, sonhos convivem com destroços e a verdade, essa, é falada de forma nua e crua.

O que é que o levou a enveredar pelo cinema?

Nada de especial. Estava quase a acabar o curso de História na universidade e já estava muito inclinado para a investigação, embora tivesse percebido que em Portugal ia ser difícil. O mais provável era que fosse parar a professor do Liceu. Em 1981, por acaso, vi um anúncio de jornal a uma escola de cinema recente, em Lisboa, e ainda que não fosse um grande cinéfilo, arrisquei. Quando vi esse anúncio, estava com um grande amigo que estudava Direito, e, perante a hipótese de irmos a ser advogado e professor, decidimos arriscar e acabámos por ficar. Na escola, havia alguns professores, aliás, um em particular, que me fez ficar, chamado António Reis. Cineasta e poeta, “prendeu-me” completamente à escola, por um lado, ao cinema e a muito mais coisas, por outro. O João Bénard da Costa foi outro desses professores importantes para a minha permanência.

Quando diz que o fizeram ficar lá, quer dizer que o incentivaram a ficar na escola?

Não. O António não era nada desse género. Nessa altura, eu andava muito metido nas coisas dos punks. Havia um pequeno mundo punk em Portugal e eu andava por aí. Também tocava. A nossa atitude era uma coisa que acho que deixou de existir: um bocadinho política por um lado, agressiva – selvagem, às vezes... –, muito provocatória. Éramos sempre do contra, cuspiamos em toda a gente, andávamos muito à pancada. Era uma atitude! E, sem querer ser muito exagerado, quando chegámos à escola de cinema com isso, aquilo produziu o seu efeito. Especialmente no António Reis, que nos disse: “Façam o que quiserem, vocês têm razão. Escrevam aí nas paredes...”. No fundo, acalmou-nos um bocado, pois vínhamos um bocado desembestados. Disse-nos para lermos alguns livros, vermos alguns filmes. Vi os filmes que tinha feito e isso foi o mais importante. Fez poucos, pois morreu cedo: *Jaime, Trás-os-Montes, Ana* e, ainda, *Rosa de Areia*. Quando vi *Jaime e Trás-os-Montes*, fiquei com a sensação de que existia qualquer coisa em Portugal. Até então, para mim, não existia nada, nem no cinema nem na música. Não havia ninguém atrás de nós. Falava-se um bocado

de Manoel de Oliveira, mas ninguém tinha visto os seus filmes, nem sabia quem era. E depois, para nós, jovens com 20 anos, não era propriamente em determinados filmes do Estado Novo que nos revíamos. . . Quando penso que os jovens de hoje têm *O Pátio das Cantigas* e *A Canção de Lisboa* como modelo do Portugal de um determinado período, fico confuso. Nunca quis ser como o Vasco Santana ou o Ribeirinho. Na nossa altura, recusávamos esses modelos salazaristas. Quando vi o António Reis, percebi que era possível fazer qualquer coisa em português.

Uma vez disse que não havia “muita diferença entre os negros do Bairro e os brancos da média burguesia. É a mesma coisa, os mesmos gostos, as mesmas ambições”. Os mundos que retrata nos seus filmes são um só?

Isso tinha que ver com a normalização que vejo. Tem que ver com o que filmei nas Fontainhas [*Ossos, No Quarto de Vanda, Juventude em Marcha*], um bairro de lata em Lisboa, que já não existe. Mas as pessoas existem e estão noutra lado, num bairro social. O que vi, durante o tempo que lá vivi, é que as ambições eram exactamente as mesmas, embora fosse um bocadinho mais difícil lá chegar para um negro do que para um branco, é evidente. Um plasma em cada quarto, um carro (senão dois), um salário razoável. . . Enfim, algum conforto. Nada disto é reprovável. Agora, quando disse isso, estava também a falar na impossibilidade das pessoas do Bairro atingirem esses sonhos. Cheguei às Fontainhas em 1997 e ainda vou lá muitas vezes. Não conheço toda a gente, mas toda a gente me conhece. Estamos a falar numa população entre as 3500/5000 pessoas em que apenas conheço um advogado e uma pessoa que esteve quase a acabar um curso universitário.

Mas as ambições acabam por unir esses mundos, não?

As ambições são uma coisa um bocado ambígua. Acho que toda a gente as deve ter. Não é bonito estarmos aqui a dizer que o conceito de ambição é uma coisa burguesa. Devemos levar as coisas para o lado do projecto de vida, o que me fazia, e continua a fazer, muita confusão nas Fontainhas. Toda a gente sente que grande parte da população portuguesa, e fiquemo-nos só pelo país, não tem projecto algum, não tem horizontes. Tenho muitos amigos que começam a trabalhar às cinco da manhã, vão a casa ao meio-dia, no caso das mulheres fazer o almoço ao marido, voltam a sair às duas e meia e regressam às oito da noite. Como é que alguém que tem uma vida assim pode ter algum projecto? Não pode, não consegue.

Concorda com a definição de *mutantes* que algumas pessoas atribuiriam às suas personagens?

Não gosto muito da palavra, do som, mas percebo. São pessoas que têm um pé cá, um pé lá. Isto no sentido positivo do termo mutante: uma pessoa que está entre duas coisas, que está em transformação. Não tenho a certeza de que seja verdade. Era verdade, talvez, até certa altura. Hoje em dia, tenho impressão que o sistema capitalista e que a própria crise que vivemos, se encarregou de matar um bocadinho essa energia. Por exemplo, sempre gostei muito de ouvir falar crioulo. Achava bonito chegar a um café, em Benfica, e ouvir uma língua que me era estranha. Hoje, ouve-se muito menos, pois está muito mais confinado aos bairros. Dava-me a sensação que existia uma espécie de expansão, de contágio, de febre, de doença mesmo, que parou. Isso aconteceu porque este sistema consegue pará-lo, está feito para isso e, provavelmente, deu uma espécie de antídoto que leva a que cada vez mais os cabo-verdianos falem português, em vez de crioulo. E cada vez ensinam menos os filhos a falá-lo, porque se falarem português têm acesso mais fácil a um emprego.

De que maneira acha que os seus filmes os afectam?

Fizemos três filmes longos, mais três ou quatro pequenos, o que é muita coisa. Não foi simples nem para mim nem para eles. Tem sido um processo de aprendizagem, de aproximação. Primeiro, acho que os filmes eram um bocadinho mais *eu*, via-se a minha sensibilidade. Hoje, há um equilíbrio maior entre o que está atrás da câmara e o que está à frente. Cada filme que fazemos, eles vêem, têm os DVDs, mas não vão ao cinema. Quando o filme está pronto, eles são os primeiros a quem mostro. E essa é a minha sorte, porque tenho um público, pequeno é certo, mas que ronda as 3000/4000 pessoas, o que é um ânimo muito maior do que tem qualquer outro colega meu. Mas esse público,

nas primeiras projecções, tem discussões comigo e aponta críticas. Desde o princípio que temos andado um bocado nesse jogo. Eles dizem: “neste filme mostraste um bocadinho mais de ti, não nos mostraste a nós”; “aqui são coisas demasiado poéticas”; “devias falar mais, denunciar mais as nossas dificuldades, os nossos problemas”. Riposto, dizendo: “olha que eu faço isso, mas de outra maneira. Isto não são panfletos políticos, são coisas artísticas, estão um bocado mais escondidas”. É isso que me tem dado mais prazer, não parar esta colaboração.

Como é essa colaboração, para além de haver a tal troca de ideias?

Já mudou muito. Ao princípio era uma coisa de todos os dias, muito viva e muito vívida, porque era um bairro de lata. Isto não tem nada de humanista. Há pessoas lá que me odeiam, que se pudessem davam-me uma facada e eu a eles. Fui para lá armado em “chico-esperto”, a perguntar “porque é que vocês não fazem a revolução? Porque é que não se revoltam?”, e precisei de alguns anos para perceber que não pode ser exactamente assim. As coisas são bem mais complexas. Nessa altura, éramos muito mais próximos. Não era só eu com eles, mas também eles entre eles. Hoje é diferente. Antes quase não havia família, era uma comunidade, de facto. Hoje, na Amadora, no Bairro do Casal da Boba, que é onde eles estão, está tudo separadíssimo. As portas fechadas à chave, as pessoas separadas. É uma grande tristeza e uma grande violência, sobretudo os mais novos. Vi-os nascer entre 1998 e 2000 e hoje são violentíssimos, não mostram qualquer piedade. E isto não acontece porque eles são maus. Acontece por culpa de todos nós.

Assumi, em tempos, sentir que o seu trabalho não está completo, sublinhando que há sempre um filme que proporciona outro. É dessa eternidade de que fala — um filme dentro de um filme?

Gosto de filmes que sejam estranhos, que não se resumam a: “ele acordou e foi à casa-de-banho. Ela acordou um bocadinho depois dele e deu-lhe um beijo no pescoço. Depois ele saiu da casa-de-banho e entrou ela. Depois ele já estava vestido e meteu-se no carro...”. Acho que no momento em que ele põe o pé no chão, ao sair da cama, antes de ela acordar, se passam 2000 anos, que quando ela lhe vem dar o beijo no pescoço se passam mais 4000 anos. Isso é muito difícil de filmar e devia ser feito de maneira diferente daquilo que normalmente é.

Afirma trabalhar sobre as mudanças da sensibilidade, mais do que histórias e pessoas. Isso quer dizer que não considera o tipo de cinema que faz documental?

Não gosto da palavra documental ou documentário. Parece-me logo polícia e eu tenho horror a isso. Deve ter sido o Bairro, porque tive problemas com a polícia por estar lá. Vi coisas horrorosas... Não estou a dizer que a polícia representa “os maus”. São filhos do povo, iguaizinhos aos do Bairro, só que são formados para ser bestas. Mas, quando se fala em documentário relaciono logo com tribunal, provas, fontes históricas, uma espécie de relatório policial. O que tenho verificado é que no Bairro das Fontainhas, ou noutro lado qualquer, a melhor maneira de documentar a cidade e as suas pessoas, é puxar para o lado dois ou três e começar a falar com eles, conhecê-los. A memória dessas pessoas não é nada factual. Há umas datas e uns nomes, mas depois há ali uma invenção, pelo simples facto da memória ser muito imaginativa. Ainda bem que é, senão era um peso desgraçado.

Garante que não tem argumento nos filmes, mas aproxima-se da ficção por fazer filmes muito controlados por si e pelos protagonistas.

As pessoas mais sérias com quem trabalhei na vida, em cinema, foram estas pessoas do Bairro. Fiz filmes antes destes que eram filmes *normais*. É patético ver a forma como fecham as zonas de filmagens, com fitas da polícia às riscas e com megafones a anunciar: “silêncio que vamos gravar!”. Fiz filmes desses e não conseguia deixar de me rir às gargalhadas, porque não se pode calar o mundo! Portanto, também escolhi ir para lá filmar, porque ali não há qualquer hipótese de eu dizer “silêncio”, “corta” ou “acção”. Aquilo está a andar e eu apanho o comboio em andamento. Agora, isso não quer dizer que eu e eles — no sentido em que são actores, que estão à frente da câmara e os que estão atrás dela, que também são do Bairro — não façamos um trabalho sério.

Acha que o próprio mundo é uma encenação, como escreve Adília Lopes?

Sem dúvida! Agora, em geral, o mundo é uma encenação muito má. Ou então, eu não quero entrar nessa encenação. O que senti é que, na altura, num Bairro como esse, se levasse para ali o Cinema, ia levar outra espécie de Polícia. Eu não sou a SIC, nem a TVI ou a RTP, que vi muitas vezes entrarem lá 30 minutos para falar com uma velhinha ou com um puto que acha que conhece o gajo que matou e que fugiu da Polícia. O meu trabalho é ficar lá um bocadinho mais e ver como é que aquilo funciona. Como fiz isso, percebi que aquilo é um sítio completamente explorado pelo governo, pela falta de emprego, pelo racismo, pela falta de oportunidades e até por eles próprios. Ia levar o Cinema, o dos camiões, das luzes, das câmaras? Não ia. Se fosse sério, não ia. Cheguei à conclusão que só podia fazer filmes lá como eles os aceitassem. Assim, escolhi uma forma de produção que fosse nesse sentido. Comecei a recrutar pessoas de lá para trabalhar os filmes de lá. E, simultaneamente, tentar que o Cinema não saísse enfraquecido. Tinha dois trabalhos: um era fazer o filme que eu queria, o outro era dizer-lhes: “o Cinema pode ser possível aqui”.

Luís Miguel Oliveira, jornalista do Público, chamou aos seus filmes *fábulas*. Consegue vê-los dessa maneira?

Com todo o respeito pelos críticos ou historiadores, não os encaro assim. E cada vez tenho menos a atitude e a vida de um cineasta. Se amanhã falar com outro cineasta português, ele certamente que lhe vai falar da psicologia, dos actores, da personagem. Isso são coisas que não me dizem muito. O meu trabalho é outro. É ir comprar uma aspirina para um gajo do Bairro; ir com ele à escola primária onde andou, pois recebeu um papel, e se eu não for com ele fica muito à rasca, porque não sabe como o fazer. E isso faz parte do filme. Tal como os mil dias em que não filmo e estou para lá a comer asas de frango e a beber grogues. Estou mesmo interessado na coisa humana e não tanto na ficção. Agora, isto não tem a ver com o documentário: não estou interessado nessa ficção. Acho que já há filmes de mais sob esse prisma.

A primeira vez que o filme *Ne Change Rien* foi apresentado, em Cannes, e as palavras são suas, “oito minutos exactos depois do seu início”, houve pessoas que abandonaram a sala de cinema.

Eu explico-lhe. Durante oito minutos passa-se uma coisa muito linda, com pessoas a cantar, com música e tal, e ao oitavo minuto, os músicos sentam-se e começam a trabalhar a música. E aí as pessoas percebem e pensam: “ó diacho, isto agora vai ser ver músicos a trabalhar”. Só que esse era o filme que queria fazer. Não enganei ninguém [risos].

Acha que o seu trabalho é difícil de ser entendido? Que não é para toda a gente?

O que quer que lhe diga? Que as pessoas têm muitos interesses hoje e que, quando vão ao cinema — e vão cada vez menos — querem ver, provavelmente, o que já viram? Eu não posso competir com isso.

Uma das suas marcas pessoais é filmar com câmaras digitais mini-DV. É uma forma de omitir a intervenção da mão humana?

Não. É uma forma de conseguir tocar na câmara. A máquina que utilizo pode ser comprada em qualquer lado. Quando comprei a minha, fui para o Bairro, li o livro de instruções e comecei a filmar. Eu, com as mãos. E isso mudou mesmo muita coisa. Há um lado que não mudou: a seriedade do que estava a fazer. Eu era o único responsável por aquilo ficar bem. Não havia ninguém que pudesse culpar. Acho que hoje em dia, o mundo da arte, da cultura vive muita da inflação. Verifiquei-o quando fazia *os outros filmes*: olhava à minha volta e via dezenas de pessoas que questionava o que é que realmente faziam. Mas, realmente, para quê? Eram nocivos ao projecto e essa inflação ia juntar-se a outras inflações orçamentais e tive muito medo que a essa inflação se juntasse uma estética ou artística. Às tantas, temos

“Agora, em geral,
o mundo é uma
encenação muito má.
Ou então, eu
não quero entrar
nessa encenação.”

uma espiral progressiva. Se falar com alguns colegas meus, nem todos, vai ver se eles não lhe dizem que daqui a uns tempos têm que fazer um filme “mais”. Há algo que, forçosamente, tem de ser “mais”. Não digo que tenham de se fazer coisas minimais, mas acho importante que se encontre um método pessoal, que ressalve as pequenas coisas humanas.

Dizia isto mais no sentido daquilo que costuma dizer, que “é a vida que intervém no cinema e não o oposto”...

Tento que seja assim. Há qualquer coisa maior do que nós que tem de ser posta à prova e isso talvez me venha do facto de ser mais teimoso, de ser mais paciente. Não é nada que tenha aprendido na escola. Acho que a nossa cabeça não é o centro do universo, que a minha imaginação não é a coisa que faz mover o mundo. Acho que não tenho grande coisa a dizer. As minhas ideias não servem para fazer Cinema, nem pintura, nem arte alguma. Estou a ser pretensioso, mas é um desafio também.

Como é o seu método de trabalho? É conhecido por gravar em inúmeros takes.

Quando gravo no Bairro, é chegar de manhã, como se fosse o meu estúdio, o meu laboratório. Já li o jornal, andei no autocarro, fiz uma hora de reflexão... Chego lá e, pronto, já está tudo vestidinho [risos]. Já abri o café, o sapateiro, o alfaiate, e eu vou lá, cumprimentos, ouço as senhoras que vou encontrando... Depois, depende muito dos filmes. Quando já há um filme em andamento, já tenho pessoas à espera e vamos fazendo coisas que acho importantes. Por exemplo: “hoje gostava de fazer uma coisa sobre quando eras novo, quando a tua mãe morreu”. Portanto, quando digo: “lembras-te desse dia em que a tua mãe morreu?” e a resposta dele é “lembro-me”, sei que aquilo nos vai dar assunto para um ano. E então? São cassetes que custam cinco euros e não me importo de estar um ano a falar disso com ele, até conseguir dizer aquilo que tem a dizer.

Presumo que na fase de pós-produção tenha dificuldade em cortar...

Toda a gente tem. Mas é trabalho. No meu caso, é até arranjar uma história, porque não há guião — nunca se sabe de onde é que se vai para onde é que se vai. Facilmente se passa o mesmo tempo que se passou na rodagem. Normalmente são nove, dez meses.

É um processo difícil, mas não é nada de transcendente. É como fazer um prédio ou escrever um texto. Há que desmistificar a ideia de que no Cinema fazer isso é muito complicado. É uma coisa que tem uns segredos artísticos que não se podem revelar, dizem alguns colegas meus. Ora, eu nunca dei por eles... [risos]

Existe uma certa tendência para rotular o seu cinema como cinema francês.

Bem, este filme [*Ne Change Rien*] é em francês [risos]... Tem de vir às Fontainhas conosco para ver se é francês ou não. Enfim, tem de perguntar isso ao pessoal das Fontainhas, quando vamos ao Festival de Cannes. A sério! Eles [os críticos] não vão, mas nós vamos. Já lá fomos com dois filmes meus e estamos lá dois ou três dias, em França, comemos e bebemos bem e depois vimos embora. E regressámos a Portugal, ao nosso mundo.

Quando diz “nós” refere-se a quem?

Sou eu, dois ou três amigos meus que fazem o som — a equipa técnica — e os actores do Bairro.

E é importante levar as Fontainhas a Cannes?

Faço filmes para ir a Cannes, para estar lá com o [Quentin] Tarantino! E estou [risos]. Mas não é para ganhar o grande prémio, não é uma ambição minha. Não estou cá para fazer as *Belas e os Paparazzos*, não se faça confusão! Basta-me estar no sítio onde se está. Não é por mim, é por tudo. É por provocação, se quiser, é levar as Fontainhas ao sítio mais improvável. Sei, e tive a prova que, em 2006 [o Festival de] Cannes pertenceu às Fontainhas.

“Acho que a nossa cabeça não é o centro do universo, que a minha imaginação não é a coisa que faz mover o mundo. Acho que não tenho grande coisa a dizer. As minhas ideias não servem para fazer Cinema, nem pintura, nem arte alguma.”

Você vai a qualquer revista do mundo e vai ver que não foi ao Tom Ford [estilista e realizador de cinema], que estava lá, mas aos meus actores. Ele disse-me: “as pessoas mais elegantes!” — e quando ele diz elegantes, é um grande cumprimento dele às Fontainhas, ao referir-se aos meus três rapazes e à rapariga que fizeram o que tinham que fazer e depois vieram embora.

E a crítica nacional, como a vê?

É como tudo. É um país esquizofrénico, como a gente sabe. Os nossos críticos, os cineastas e os estudantes são esquizofrénicos. Acho que é um país a brincar, de faz de conta. Não vamos ao cinema, nem há crítica de cinema, nem há Universidade para ver isso. As coisas que realmente se vêem à nossa volta mostram que isto é pequeno. . .

A sua obra parece seguir a tradição lançada em Portugal por Manoel de Oliveira e António Campos, a do cinema inspirado no conceito de antropologia visual.

Isso, é preciso dizer, é uma coisa que mais ou menos não existe. Não sou muito purista. Os artistas de que gosto são os Sex Pistols ou os The Clash. Gostava muito do vocalista dos Sex Pistols, o Johnny Rotten. No cinema gosto do António Reis, do Andy Warhol, do Charlie Chaplin. Vou referir-lhe um grupo de que gosto muito, mas que foi completamente assassinado: os Nirvana. Aquilo tinha tudo: a poesia, a paixão, a política, a economia. Se for ao YouTube ver os vídeos de quando eles iam receber os prémios, verá que eles não eram parvos. Há uma intervenção, na aceitação de um prémio da MTV, em que eles dizem: “não se esqueçam do Goebbels!” (Ministro da Propaganda Nazi), como que a dizer: “tenham cuidado com as coisas que vos vendem. Nós estamos aqui no meio desta fancaria toda, mas não somos parvos”. E a música deles era extraordinária, mesmo a letra do mais banal “Smells like teen spirit” é muito bem conseguida. É muito complicado chegar àquela simplicidade. É algo que ninguém alguma vez havia feito, nem o Samuel Beckett! E isso é algo que não existe no Cinema! Não estou a arvorar que faço isso. Longe disso. Mas acredito que era preciso aspirar a isso, como eles aspiraram! Essas coisas é que nos devem guiar. Não são as *Belas e os Paparazzos*.

O que é que procura através do cinema?

Que haja algumas pessoas que sintam qualquer coisa. Não vou entrar naquelas pretensões habituais. Gostava muito, mas porque é que hei-de atingir milhões e milhões? Quero que, pela menos um, se sinta satisfeito. Que depois de assistir a um filme que meu, saia da sala, acenda um cigarro, e diga seja o que for. Mas que por um segundo pense naquilo que viu. Isso basta-me.

As suas obras venceram alguns prémios internacionais de cinema, tendo igualmente sido incluídas em listas de melhores filmes da década. Em Portugal é pouco (re)conhecido. Como é que explica esta situação?

Apesar de tudo, a maioria dos filmes que fiz foram feitos no Bairro das Fontainhas.

As pessoas com quem fiz os filmes viram-nos, conhecem-nos e têm os DVDs. Falámos sobre eles e iremos fazer outros filmes. É isso que é importante. Agora, se o resto do país não quer saber. . . O importante é continuar a trabalhar em algo que me interessa e que lhes interesse, que lhes dê algum gozo. Nem que seja por rivalidade: “a Cova da Moura não tem filmes. Nós temos!”.

Como encara o reconhecimento além-fronteiras?

Não é bem reconhecimento. Há pessoas que vêem os filmes e outras que não. Não faço filmes para o Cavaco Silva, nem para o Sócrates! O Cavaco não é o meu Presidente da República. O Sócrates não é o meu Primeiro-Ministro. Este não é o meu país. O meu país é as Fontainhas. Esse reconhecimento não existe. É uma coisa do jornal Público, do Expresso e dos intelectuais de Lisboa e do Porto. E aí não dá luta nenhuma, porque a minha luta é no Bairro, encarando os problemas do quotidiano. É verdade que vêem mais os meus filmes em Madrid do que em Lisboa, mas também há mais pessoas lá, a cidade é mais intensa. Até diria que a juventude é mais agressiva. Acho que a juventude portuguesa é muito mole e que o país, como eles dizem, tem um problema endémico.

O escritor e ensaísta Almeida Faria, Prémio Universidade de Coimbra, *ex aequo* consigo, disse em entrevista à Rua Larga que “o artista que não seja um mercenário não conta com gratidões, move-se por outras razões”. Procura gratidão, por vezes?

Sou muito obsessivo. Parece que quanto mais fujo dessas coisas mais me querem puxar para lá, um bocado como com o Al Pacino n' *O Padrinho*, do Francis Ford Coppola. Mas isso é a doença da cultura. Acho que, tirando as pessoas das Fontainhas e alguns intelectuais, pouca gente viu os filmes. No estrangeiro alguns viram, mas não terão sido muitos.

Não é essa a informação veiculada. . .

Gostava que fossem muitos. Mas há reconhecimento e conhecimento. São duas coisas distintas. É como a História: há o Carlos Magno, a Inês de Castro ou o D. João II e, depois, há saber o que são. Como o Charlie Chaplin: já apanhei críticos de Cinema, quando falo dele, que dizem “maravilhoso”, e depois faço umas perguntas mais puxadas sobre determinado filme e percebo que eles viram umas fotografias do Chaplin com um cão,

com um miúdo ou em frente à barbearia. Não viram o filme, viram uma fotografia e pensam que viram o filme. E isto acontece muito hoje: tem-se um índice, um sumário e acha-se que é suficiente.

Pela primeira vez, na 7ª edição do Prémio UC, foi premiado um cineasta. Na sua opinião, considera o cinema uma arte subvalorizada em Portugal?

De certa maneira, sim. Portugal é um país muito marcado, que ainda não teve tempo de se libertar do séc. XX, um período muito manhoso, muito chato. Eu vivi um bocado disso. Para se conseguir juntar 300 pessoas para protestar ou reivindicar alguma coisa, é uma loucura. Isso parte-me o coração. Basta olhar para a Catalunha, ou para Valência e, se há um problema, juntam-se 6000 pessoas de repente e, se for preciso, partem uma esquadra de polícia. É irracional, eu sei. Mas cá, antes de se fazer alguma coisa, vamos beber uma cerveja e: “ah, o meu pai”; “ah, a minha carreira”; “ah, o dinheirinho”; “ah, o meu carro”. Tudo bem, mas é uma data de gente e é preciso passar à acção.

Em que projecto está actualmente a trabalhar?

Num projecto no Bairro — não nas Fontainhas, mas no sucessor, o Casal da Boba. Vou tentar fazer alguma coisa com os mais novos, que não têm qualquer consciência do que era um bairro da lata, nem em que condições os seus progenitores viviam. Mas que, por outro lado, representam um futuro, em que são miúdos mais violentos. São a parte que passa à acção, a parte que mata polícias e os portugueses brancos não gostam. Gostava de conseguir expor a verdade que existe ali, que, na sua relatividade, não deixa de ser verdade...

Não sente necessidade de se despedir do Bairro?

De vez em quando, sim. Tenho de sair do Bairro, porque aquilo é pesado. O *Ne Change Rien* aconteceu-me, porque foi um projecto especial. E espero que me aconteçam mais. É só nos intervalos. Aquilo é como um casamento: às vezes temos de cometer umas infidelidades.



Quando o saber não tem idade

Marta Poiares

Começou a falar correctamente aos sete meses e com menos de dois anos, lia os livros que os olhos encontrassem. Uma palavra tão simples como “atum” mudou para sempre o rumo de João Melo e da sua família. Foi ao ouvi-la ser pronunciada na perfeição, numa situação tão improvável como prematura, que os pais de João perceberam que ele não era uma criança “normal”. “Normal”, aqui, sempre entre aspas. Sobredotado, João Melo não se sente um génio, mas com apenas 16 anos já dava entrada no curso de Medicina, na Universidade de Coimbra (UC), com 18,83 valores.

Não se lembra de aprender a ler ou do primeiro livro que leu. Lia antes de entrar para a escola: livros, jornais, enciclopédias. Para ele, que sempre o soube fazer, é tão natural como o sorriso que lhe desponta na cara, não raras vezes. Os interesses que revelava ter, desde bem cedo, não eram de todo os da idade. Em miúdo já ensinava consultas de medicina. No decorrer dos seus quatro anos, acompanhou a mãe quando esta estava grávida da irmã, Beatriz, descrevendo de forma exacta todos os passos do trabalho de parto. A explicação? É simples. “Tinha lido numa enciclopédia que tinha encontrado na sala”, conta. O que disse estava tudo certo.

Os pais foram reparando em pormenores e lembram-se de cada um deles. E como a memória é traiçoeira, é pela deles que João se vai guiando. A família conseguiu criá-lo como uma criança “normal”, não o encarando como diferente.

A única preocupação era criar alguém feliz. Sempre o mantiveram ao corrente da sua condição. João aceitava que era sobredotado, mas não percebia ser diferente: “Nem sei quando comecei a ir aos médicos, para mim era já um dado adquirido que alimentava a minha rotina”. Quando entrou para a escola primária, com dois anos de avanço, não se sentia diferente dos outros miúdos, mas esses, sim, não percebiam. No ciclo também notava a diferença, tinha 5 a tudo, menos a Educação Física, por ser mais novo e não ter o corpo tão desenvolvido. Na altura, João – que se começou a aperceber da diferença física (nunca mental) – pediu aos pais para ter negativa a tudo, para evitar ser gozado. A partir daí e até ter entrado para a Universidade, nunca mais se destacou pela diferença de idades.

Natural de Ribeira de Frades, tinha 2/3 anos, quando, no Carnaval, “pediu para vestir o traje académico”, recorda. Era o sonho dele ser estudante em Coimbra, especificamente. No dia em que, finalmente, entrou na Faculdade de Medicina da UC, os nervos não lhe atrapalharam o passo: “Entrar foi o cumprir de um sonho. Durante toda a minha vida, tinha sonhado com aquele momento preciso”. Viveu intensamente o espírito académico, como manda a tradição: “Os colegas sempre me integraram de igual forma, ainda que tivesse apenas 16 anos. Nas praxes fui tratado como outro qualquer, e fui praxado até demais, mas porque queria. Fui rapado em julgamento de praxe, praxei, e participei em todas

as actividades”. Hoje em dia, ainda acompanha a Serenata e o Cortejo da Queima das Fitas, mas não com o mesmo orgulho do passado: “Já não respeitam a tradição. O Cortejo é cada vez mais uma festa do álcool e da noite. Perdeu a verdadeira essência, deixou de ser uma festa de estudantes”. João não bebe nada com álcool, por opção. “Dou muito valor a ter andado aqui, por ser a Universidade mais antiga do país e pelas tradições que lhe estão associadas, mas hoje em dia, é apenas um microcosmos da sociedade em que vivemos: cada vez com menos respeito, cada



vez com menos educação e de limites transpostos”. A sede insaciável pelo conhecimento leva João a descobrir novos interesses a cada dia que passa. Aprendeu a tocar guitarra eléctrica de forma autodidacta, ensaiando sempre que pode.

“O meu pai já me tinha tentado ensinar, mas resisti. Um dia, chegou a casa e eu já tinha aprendido sozinho a tocar na viola acústica”, sorri. Há dois anos, recebeu a guitarra eléctrica e começou a tocar mais regularmente. Toca, inclusivamente, em casamentos, com o pai e com o tio. Nas cordas da sua guitarra, tocam-se os clássicos do rock, das décadas de 70 e 80: Led Zepellin, Pink Floyd, AC/DC.

A João interessam as coisas que não o obrigam a saber: “Detestava História quando andava no ciclo, porque era mais decorar do que perceber”. Hoje, gosta da História que lhe interessa, principalmente relacioná-la com a actualidade, estabelecendo paralelismos. Nos (poucos) tempos em que não tem nada para fazer, João passeia a mente pela Internet: “Um tema puxa outro e acabo por querer sempre chegar ao cerne da questão. Não consigo não encontrar os porquês. E como o saber não ocupa lugar...”.

E ainda bem que não ocupa, pois em casa, João despoletou uma pequena revolução. De forma inversa ao que é habitual movimentou toda a família para reiniciar os estudos. A mãe, Fernanda, como, pela condição do filho, era “obrigada” a gostar de Psicologia – “só lhe faltava o canudo”, brinca João –, foi inscrita pelo filho nos exames *ad hoc*, sem saber, e acabou por entrar em Psicologia ao mesmo tempo que o filho entrou em Medicina. Dois anos depois, foi a vez do pai, João, entrar em Sociologia. A irmã, que tem feito o percurso normal de estudante, seguiu as pisadas da Mãe e estuda Psicologia. “Não me sinto responsável por nada. Apenas dei a ideia e incentivei-os”, explica.

A meta de João sempre tinha sido a Neurociurgia, por ser uma área pouco desenvolvida e,

como tal, um desafio. Hoje, depois de ter tido contacto com várias especialidades ao longo do curso, é a Medicina Interna que mais o atrai, “por ser uma área muito mais abrangente, em que o doente é visto como um todo”, tal como João vê o mundo, por uma lente maior, que não se foca em pormenores. “É a especialidade mais ligada àquilo que sou”, sublinha.

Acabou o curso em Julho de 2009 e começou o Ano Comum em Janeiro deste ano. Já passou pelo Centro de Saúde de São Martinho, pela Maternidade e agora está no Hospital Pediátrico. Em ambiente de trabalho, sente outra responsabilidade e autonomia, mas a integração tem sido fácil. O primeiro contacto com o trabalho não assustou João. Afinal, “é tão simples como aplicar o que aprendi”, justifica.

Apesar de se mover no meio da Medicina, nunca teve curiosidade de estudar o assunto da sobredotação, pois não lhe ocorre sequer o pensamento de ser diferente. De uma perspectiva externa, percebe que o vejam dessa forma, mas para ele, é igual a todos os outros. “Não é sequer uma área que me interesse, porque conheço por dentro. Aliás, sou absolutamente contra a escola que querem criar para sobredotados, no Algarve. Isso é, precisamente, alienar. Não somos bonecos de museu, somos iguais aos outros. Podemos ter uma área mais desenvolvida, mas isso não nos torna melhores nem piores do que os outros”. João nem sequer assiste a concursos com crianças, porque, para ele “é incutir na cabeça delas que são sobredotadas, de uma forma muito exposta”. João já recusou, inclusivamente, ser assunto de reportagem. “Quando entrei para a faculdade, a atenção mediática foi bastante e aí foi mais complicado. De Setembro até Janeiro, foram praticamente todos os meios de comunicação social que me procuraram. Depois de aceitar um, tive de aceitar todos”. Mas João não deixa de sentir que esse não é de todo o seu meio: “Nunca quis aparecer. Quero viver a minha vida, tranquilo”, conclui.

O Envelhecimento

Paulo Pereira *

Um dia, de forma mais inesperada e discreta ou com grande expectativa e maior aparato, uma pessoa nasce. Num dia igual a qualquer outro, subitamente ou de forma mais avisada, uma pessoa morre.

Entre estes dois dias decorre um período de tempo mais ou menos longo, mais ou menos preenchido a que chamamos vida. Naturalmente que esta vida é sempre a vida de cada um. O nascimento e a morte, esses, são sempre os do outro. A pessoa que nasce e a pessoa que morre é sempre uma “pessoa” editorial. É verdade que nenhum outro organismo vivo tem, como o homem a “consciência” da inevitabilidade do seu fim. Com esperança, fé, curiosidade, medo, angústia ou, mais raramente, total indiferença, todos pensamos, de quando em quando, no dia em que deixaremos de existir. “É a vida” dizem alguns, querendo com isto dizer que, como outras circunstâncias que atribuímos ao destino, é fatal e irresolúvel. Sabemos que se tivermos sorte vamos mudando ao longo da vida. Aprendemos mais, sabemos mais, adquirimos experiências e colecionamos emoções que nem sabíamos poder viver ou sentir. Temos mais vida, dizem alguns, referindo-se à soma dos dias e das experiências que acumulámos. Temos também, inevitavelmente, menos dias para viver. Porque o vamos experimentando, ou porque estamos atentos ao que acontece àqueles que nos rodeiam, percebemos que, à medida que o tempo passa, se observam alterações no nosso corpo que tendem a comprometer funções às quais atribuímos grande importância, que sempre foram fonte de prazer ou de outro tipo de satisfação.

De repente, e sem aviso, sentimos uma dor numa articulação que nem sabíamos que tínhamos. Aquela pequena parte do nosso corpo que sempre ali esteve, confortavelmente silenciosa e invisível, passa a ser o centro da nossa atenção, preocupação e mau estar. Há, naturalmente, um vasto conjunto de outras alterações que vamos experimentando e que, sendo menos dolorosas, são causadoras de outras dores e penas. Perdemos gordura subcutânea e as fibras que suportam a nossa pele tornam-se menos elásticas anunciando as primeiras rugas. Acumulamos gordura abdominal em locais onde preferíamos ter músculo ou não ter nada. As células que produzem a melanina, que dá a cor aos cabelos, vão gradualmente morrendo e os cabelos que ainda não caíram ficam brancos. Começamos a esquecer-nos de coisas que antes conseguíamos lembrar sem dificuldade. É habitual dizer-se que “é da idade” e que, se tivermos a sorte de viver o suficiente, acabaremos todos por experimentar alterações e embaraços semelhantes.

O que pouca gente parece perguntar é, se para viver muitos anos será mesmo necessário envelhecer? E haverá formas alternativas de envelhecer ou estaremos destinados a viver as mesmas experiências só porque o tempo foi passando e a vida se foi gastando? E – quanto mais não seja para simplificar os nossos sistemas de classificação – quando é que se começa a envelhecer? Quando, exactamente ou aproximadamente, é que deixamos de ser mais velhos ou mais novos para passar simplesmente a ser velhos? Há quem defenda que começamos a envelhecer desde que nascemos. O relógio biológico foi

activado e iniciou-se a contagem decrescente. No entanto, dizemos das crianças que aquele é “o mais velho da turma e o que sabe menos”, as mães queixam-se que “o mais velho é o mais rebelde”. É, também habitual ouvir-se, nalguns dias de Primavera, que “o velho hoje acordou bem disposto”. Já não é tão habitual alguém referir-se a uma criança de 12 anos dizendo que é velha. Por essa, e por outras razões, importa averiguar quando é que velho deixa de ser um adjectivo para passar a ser um substantivo. Entre elas conta-se a previsão pouco falível de que dentro de cerca de 50 anos o mundo será dos velhos. Ou, pelo menos, aqueles que actualmente designamos por velhos constituirão a maioria dos habitantes do planeta. Para além de uma terceira idade que pode começar aos 60 anos, já se propõe uma quarta idade que talvez possa ter início aos 85 anos. Em vez de ficarmos velhos, talvez possamos apenas ir acumulando sucessivamente idades.

Escrevo este texto ao regressar de uma reunião em Bruxelas onde se discutiram as grandes directrizes que hão-de conduzir à criação de um *roadmap* que defina as políticas de apoio ao investimento científico na Europa, nos próximos 10/15 anos, na área do envelhecimento. A iniciativa, convenientemente designada de *FUTURAGE*, e patrocinada pela Unidade STOA (Science and Technology Options Assessment) do Parlamento Europeu, procurou mobilizar os conselheiros e decisores políticos para a importância e escala do envelhecimento das populações na Europa. E, a escala é tão importante quanto preocupante. Estima-se que em 2050 o número de pessoas no planeta com mais de 60 anos seja superior ao número de habitantes com menos de 15 anos. Na Europa, mais de metade das crianças que actualmente frequenta os infantários viverá mais de 100 anos. Em menos de 100 anos, entre 1950 e 2030, o número de habitantes com mais de 80 anos subirá de 14 para 350 milhões. São mudanças extraordinárias

nos modelos sociais a que nos habituámos e que devem ser acompanhadas por um investimento científico considerável, de forma a assegurar um envelhecimento saudável e com qualidade às populações.

Os dados sobre a forma como o envelhecimento afecta as populações na Europa podem, seguramente, fornecer importantes pistas sobre as políticas a seguir e ainda contribuir para melhor caracterizar essas populações. Sabe-se, por exemplo, que: no último século a esperança de vida média aumentou de 50 para 80 anos; que as mulheres, ainda que mais débeis, vivem mais que os homens; que as populações do norte da Europa, mais saudáveis e mais abastadas, vivem menos do que as do sul da Europa. Sabemos ainda que, em todos os países da Europa, os indivíduos com menos anos de educação formal, têm maior probabilidade de virem a tornar-se fisicamente inactivos (cerca de 70%) e obesos (cerca de 50%). Os indicadores de saúde mental parecem seguir de perto outros indicadores de saúde física. Por exemplo, a prevalência da depressão parece acompanhar de perto os padrões de escolaridade entre os diversos países da Europa. Estudos recentes atestam também que quem sobrevive até aos 92 anos chega aos 100 sem um aumento significativo de lesões de saúde debilitantes.

A Europa, que durante muitos anos se orgulhou de ser o velho continente, é actualmente o continente do mundo com maior número de velhos, e continua a envelhecer. É claro que há quem, por embaraço ou pudor, prefira referir-se aos velhos como idosos ou seniores. A primeira, francamente, parece-me uma forma um tanto paternalista e mal-sonante de dizer “velho”. Já sénior tem conotações de estatuto clubista, acompanhado por privilégios diversos e não parece aplicar-se bem a um grupo tão vasto quanto heterogéneo da população.

Não há como ser cientista para poder, com algu-



ma legitimidade, falar despidoradamente sobre estes embaraços sociais que decorrem do uso da linguagem. Uma definição cientificamente válida e aceitável de envelhecimento pode ser enunciada como “o conjunto de alterações que acompanham o fluxo direccional do tempo”.

O fluxo do tempo é anterógrado e essas alterações traduzem-se em catedrais e camisolas, em pontes e electrodomésticos. Nos sistemas biológicos e nos organismos vivos o envelhecimento é geralmente acompanhado por uma perda de função ou por processos degenerativos diversos. A essa perda de função chama-se geralmente senescência e constitui o objecto de estudo da maioria dos investigadores das ciências da saúde e da vida, que se dedicam à investigação na área do envelhecimento.

Mas, mais do que questões de semântica, o importante talvez seja averiguar se as sociedades na Europa e no mundo devem investir vários biliões de euros na investigação que tem como objecto de estudo o envelhecimento. E se sim, o que é que exactamente deve ser investigado, quem o deve fazer e onde deve ser efectuado.

O argumento de que o envelhecimento é “natural” e inevitável, talvez pudesse ser usado para dispensar qualquer esforço de investigação a este nível. No entanto, basta pensar em tudo o que, sendo natural, nos mataria sem intervenção da ciência para se perceber que este não é o melhor argumento. Por outro lado, interessará conhecer as causas do envelhecimento, ou deve antes investir-se numa engenharia do envelhecimento que permita prolongar a vida? E por quanto tempo é possível ou desejável prolongar a vida? Será o super-humano *build to last* que foi capa da *Scientific American* em 2003 uma realidade, ainda que caricaturada, a que se possa ou deva aspirar? Em ciência não há como conhecer bem um processo para melhor poder intervir sobre ele.

Porque é que podemos aspirar a viver 90 anos?

É certamente mais do que algumas borboletas, que vivem três dias, mas seguramente menos do que algumas tartarugas, que vivem 300 anos. Se há quem considere que 90 anos é tempo mais do que suficiente para dizer e fazer tudo o que precisa, há também quem ache que mais não é do que um instante que passa com demasiada brevidade. Aconselha, por isso, a prudência e o saber popular a não deixar para amanhã aquilo que se pode dizer ou fazer hoje.

Aceitando-se, de forma mais ou menos resignada, que temos um tempo de vida limitado, ainda que cada vez mais dilatado, o importante talvez seja averiguar porque é que alguns de nós têm de passar por um processo razoavelmente longo, e muitas vezes penoso, de envelhecimento. Será aquilo que nos faz envelhecer o mesmo que nos mata? Afinal, como se interrogava Proust, de que é que se morre quando não se morre de nada? É certo que um dia deixamos de respirar, um dia o coração deixa de bater. Muitas vezes isso acontece porque morremos, mas não é isso que nos mata. Se tomarmos as refeições a horas, se fizemos exercício, se formos ao médico regularmente, se não fumarmos nem bebermos, nem cedermos a outros excessos pouco saudáveis, o que é que nos mata? Dito de outro modo: haverá algum relógio biológico, alguma condição genética que predispõe para o envelhecimento e para a morte? Será a verdade lapidar e crua do título de Simone de Beauvoir, *Todos os homens são mortais*, suficiente e bastante para explicar a inevitabilidade do nosso fim? Ou será a nostalgia romântica do título do filme de Jacques Audiard, *De tanto bater o meu coração parou*, uma descrição mais rigorosa do processo lento e cumulativo que eventualmente conduz à morte?

Num enunciado mais científico, será o envelhecimento e a senescência que lhe está associada, regulado geneticamente? Ou resultarão estes processos da acumulação lenta e progressiva de lesões nas bio-moléculas que compõem as nos-

sas células? A investigação em qualquer uma das áreas é profícua e tem produzido resultados bastante assinaláveis e qualquer uma destas teorias deu origem, pelo menos, a um prémio Nobel: a identificação da via da ubiquitina-proteasoma, em 2004, e o trabalho na telomerase, em 2009. O controlo genético da senescência pressupõe que o DNA nas nossas células não se pode replicar indefinidamente com a mesma fidelidade. Entre outras razões, parece existir uma dificuldade que se prende com a manutenção do comprimento dos telómeros entre ciclos sucessivos de divisão celular. Os telómeros são estruturas que se encontram no final dos cromossomas e, em larga medida, responsáveis pela estabilidade genómica. Cada vez que uma célula se divide, os telómeros são ligeiramente encurtados uma vez que a enzima responsável pela replicação do DNA carece de um ponto de apoio que não é duplicado, à semelhança de uma cremalheira num fecho-ecler. Quer isto dizer que as células podem apenas dividir-se um número limitado de vezes, antes de esgotarem os seus telómeros e entrarem em senescência e morte. Nas células eucariotas, uma enzima designada telomerase pode prevenir a perda dos telómeros adicionando sequências de nucleótidos à extremidade do cromossoma. Dada a estreita relação entre o comprimento dos telómeros e a capacidade de divisão da célula antes de entrar em senescência, os telómeros têm sido considerados importantes relógios biológicos.

Por outro lado, a teoria da acumulação de lesões estabelece que, por mais bem comportados que sejamos, há um conjunto de lesões que se vão acumulando nas moléculas que compõem as nossas células, de tal modo que, a partir de um determinado momento, as células perdem a capacidade de eliminar ou reparar as biomoléculas lesadas, entrando em falência. Esta teoria, que teve origem nos anos 1950 é intuitivamente fácil de compreender, embora a sua regulação celular seja razoavelmente complexa. De facto,

a vida teve origem e mantém-se num ambiente bastante favorável à acumulação de lesões.

A temperatura de 37°C, favorável à catalise enzimática, é bastante desfavorável ao enrolamento correcto das proteínas, de tal modo que a eficiência do processo é bastante baixa. Por outro lado, viver numa atmosfera altamente oxidante, contendo 21% de oxigénio, favorece a formação de radicais livres e outras espécies reactivas de oxigénio que podem causar lesões em proteínas, DNA e lípidos. Ao fim de algum tempo, os sistemas biológicos não conseguem manter os elevados níveis de organização celular que são necessários à manutenção da vida e entram em equilíbrio termodinâmico com o meio, que é, a propósito, uma definição cientificamente aceitável de morte.

Estar vivo por mais tempo acarreta riscos e preocupações diversas. A principal parece residir na promoção de um envelhecimento saudável em todas as dimensões do homem, que não pode deixar de ser tomado como uma unidade bio-psico-social. Decorre desta observação que a investigação no envelhecimento deve ser, por excelência, multidisciplinar e que as políticas de promoção da investigação devem atribuir elevada prioridade à integração das diversas componentes disciplinares associadas ao envelhecimento. E, porque se fala do tempo e da vida, talvez seja apropriado lembrar que Universidade de Coimbra, a mais antiga das universidades portuguesas e, em particular, a sua Faculdade de Medicina, também ela a mais antiga do país, têm um papel chave na promoção de uma política integrada de investigação multidisciplinar, para assegurar um futuro onde os mais velhos possam viver com maior qualidade e envelhecer de uma forma mais saudável, num mundo que será, de muitas formas, significativamente diferente daquele que actualmente conhecemos.

* Investigador da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

Lugar dos Livros

Título: Como nos Tornámos Humanos

Autora: Eugénia Cunha

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Colecção *Estado da Arte*

Coimbra 2010

Esta pergunta recorrente que se coloca desde sempre permanece um dos maiores desafios da ciência e leva-nos a uma fascinante viagem ao nosso interior e no tempo. O entendimento de onde viemos elucida também sobre para onde vamos. Há que recuar até há cerca de 7 milhões de anos para encontrar os mais prováveis candidatos a primeiros homínidos. Desde eles até ao presente passamos por uma cadeia impressionante de antepassados, que vamos colocando na nossa árvore evolutiva, densamente ramificada mas da qual só conhecemos uma parte dos inquilinos.

Título: Violência e Abuso. Respostas simples para questões complexas

Autora: Teresa Magalhães

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Colecção *Estado da Arte*

Coimbra 2010

A violência, na qual se inclui o abuso, constitui um grave problema social e de saúde pública, com relevantes prejuízos para as vítimas, suas famílias e sociedade. Importa, por isso, que toda a sociedade esteja informada sobre esta problemática e sobre as estratégias e soluções para identificar, tratar e prevenir este tipo de vitimização.

A presente publicação tem como objectivo dar resposta, num formato simples, a dúvidas frequentes sobre este assunto, contribuindo para

criar uma maior sensibilização e atenção face à existência destes casos, bem como para promover a capacidade de cada um para os identificar e orientar adequadamente, tendo em vista um pronto e correcto diagnóstico e, assim sendo, a mais rápida protecção e tratamento das vítimas e a prevenção da sua vitimização secundária e da perpetuação da violência.

Título: Portugal e Itália, Relações Diplomáticas (1943-1974)

Autora: Vera de Matos

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Colecção *História Contemporânea*

Colaboração CEIS20

Coimbra 2010

Esta obra oferece uma leitura da diplomacia luso-italiana desde o final do regime fascista (1943) ao termo do Estado Novo (1974).

Sendo Mussolini Duce, as relações entre Roma e Lisboa decorriam com cordialidade, embora cautamente conduzidas por Portugal. Em 1943, Portugal opta por apoiar o Governo Real de Itália na aproximação aos Aliados. Na década de 50, ambos os países predispõem-se a estreitar os laços históricos e culturais, cooperando na defesa do Ocidente face ao comunismo. Contudo, o alinhamento da Itália com os movimentos anticolonialistas gerou controvérsia. Esta circunstância, ténue nos anos 50, fica explícita na década de 60, época marcada pelas guerras coloniais, por acções contestatárias internas e externas e pela retracção das relações luso-italianas. O consulado de Marcello Caetano abriria a hipótese da reaproximação, com Roma a confiar na tese da autonomização progressiva das Províncias Ultramarinas, defendida por Lisboa.

Título: O Estado Novo e Volfrâmio, 1933-1947

Autor: João Paulo Avelãs Nunes

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Série *Investigação*

Coimbra 2010

Visa-se neste livro reconstituir e analisar a evolução do subsector luso do volfrâmio, quer na década de 1930 – etapa de crise e paulatina reactivação –, quer ao longo dos anos quarenta, com destaque para o período da Segunda Guerra Mundial (fase de “euforia especulativa”). Observa-se ainda, a título de contextualização, o período que decorreu entre o início da mineração do tungsténio em Portugal continental (1871) e o promulgar da “Lei de Minas do Estado Novo” (Julho de 1930), passando pela Primeira Grande Guerra (1914-1918). Sendo o volfrâmio um “metal estratégico”, presta-se atenção às vertentes económica e social, cultural e ideológica, mas, também, política e diplomática do “objecto global” em causa.

Título: Educação Filosófica. Sete Ensaios

Autor: João Boavida

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Série *Investigação*

Coimbra 2010

Educação Filosófica. Sete Ensaios analisa, por várias vias e em perspectivas diversas mas convergentes, a problemática da ensinabilidade da Filosofia e das condições da sua concretização, sobretudo no Ensino Secundário. Pretende demonstrar-se que ensinar e aprender Filosofia coloca problemas de que temos que ter consciência, se quisermos iniciar os alunos numa verdadeira formação filosófica.

Ao longo destes sete ensaios são abordados, com grande rigor e pormenor, temas centrais como, por exemplo, as relações entre a Filosofia e a Pedagogia, os métodos de ensino, a importância da motivação, os objectivos de uma educação fi-

losófica ou a necessidade de uma avaliação adequada e rigorosa, etc.

Título: Logística

Autores: João Paulo Costa, Joana Dias, Pedro Godinho

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Série *Ensino*

Coimbra 2010

Esta obra pretende introduzir o leitor nalguns dos principais modelos de decisão na área da Logística. Para tal, o livro centra-se nas três grandes áreas da actividade logística: a gestão de existências, o transporte de mercadorias e a localização de equipamentos. Não sendo as únicas actividades logísticas, no seu conjunto formam o núcleo da Logística. Considerando o carácter predominantemente didáctico desta obra, pretendeu-se expor de forma intuitiva as ferramentas analíticas abordadas tendo-se prescindido, em alguns aspectos, da formalidade que poderia tornar menos directa a compreensão do que é apresentado. De forma a facilitar a utilização prática dos modelos introduzidos são apresentados exemplos da sua utilização em folhas de cálculo, sempre que tal se afigura pertinente.

Título: Localização Dinâmica: modelos e técnicas

Autora: Joana Matos Dias

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Série *Investigação*

Coimbra 2010

O presente texto apresenta algumas contribuições no campo da formulação e resolução de problemas de localização dinâmica. Estes problemas consistem na determinação das melhores localizações possíveis para determinados serviços ou infra-estruturas (escolas, hospitais, lojas, etc), considerando um determinado horizonte temporal e contemplando objectivos e restrições associados ao problema. Assim, apresentam-se formulações de novos problemas descrevendo modelos de programação linear inteira mista mais flexíveis

do que os conhecidos da literatura, e também técnicas de resolução que permitem encontrar soluções para os problemas formulados. Impli- cando os problemas de localização processos de decisão complexos, pretende-se contribuir para o cálculo de soluções de boa qualidade que sirvam de suporte a processos de tomada de decisão di- nâmicos e ricos.

Título: Envelhecimento(s)

Autora: Margarida Pedroso de Lima

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Colecção *Estado da Arte*

Coimbra 2010

Não acordámos ainda para a nova realidade das pessoas mais velhas – mais idosas, com uma espe- rança de vida bem mais longa do que há algumas décadas e com as gerações sucessivas a mostrarem ganhos ao nível físico e mental. Pelo contrário, continuamos a julgá-las com base em crenças e preconceitos ultrapassados. O objectivo deste li- vro é o de pôr em causa, de uma forma simples e prática, algumas das crenças que estão na base da discriminação e da exclusão das pessoas mais ve- lhas. Acreditamos que viver bem é simples e, mui- tas vezes, depende da desconstrução de algumas ideias feitas que nos aprisionam e que limitam a nossa capacidade de sermos felizes e livres. Pro- mover o bem-estar dos mais velhos implica uma sociedade com mais reforços disponíveis e com um maior número de escolhas possíveis ao longo de todo o ciclo de vida.

Título: A Recepção Portuguesa de *Die Leiden des jungen Werthers* (de 1784 até Finais do primeiro Romantismo)

Autora: Maria Antónia Gaspar Teixeira

Edição: MinervaCoimbra/Centro de Investigação em Estudos Germanísticos. N.º 16 da Colecção Minerva- CIEG. Coimbra 2009.

O presente volume, que constitui uma versão ligei- ramente alterada da dissertação de doutoramento apresentada pela autora à Faculdade de Letras da

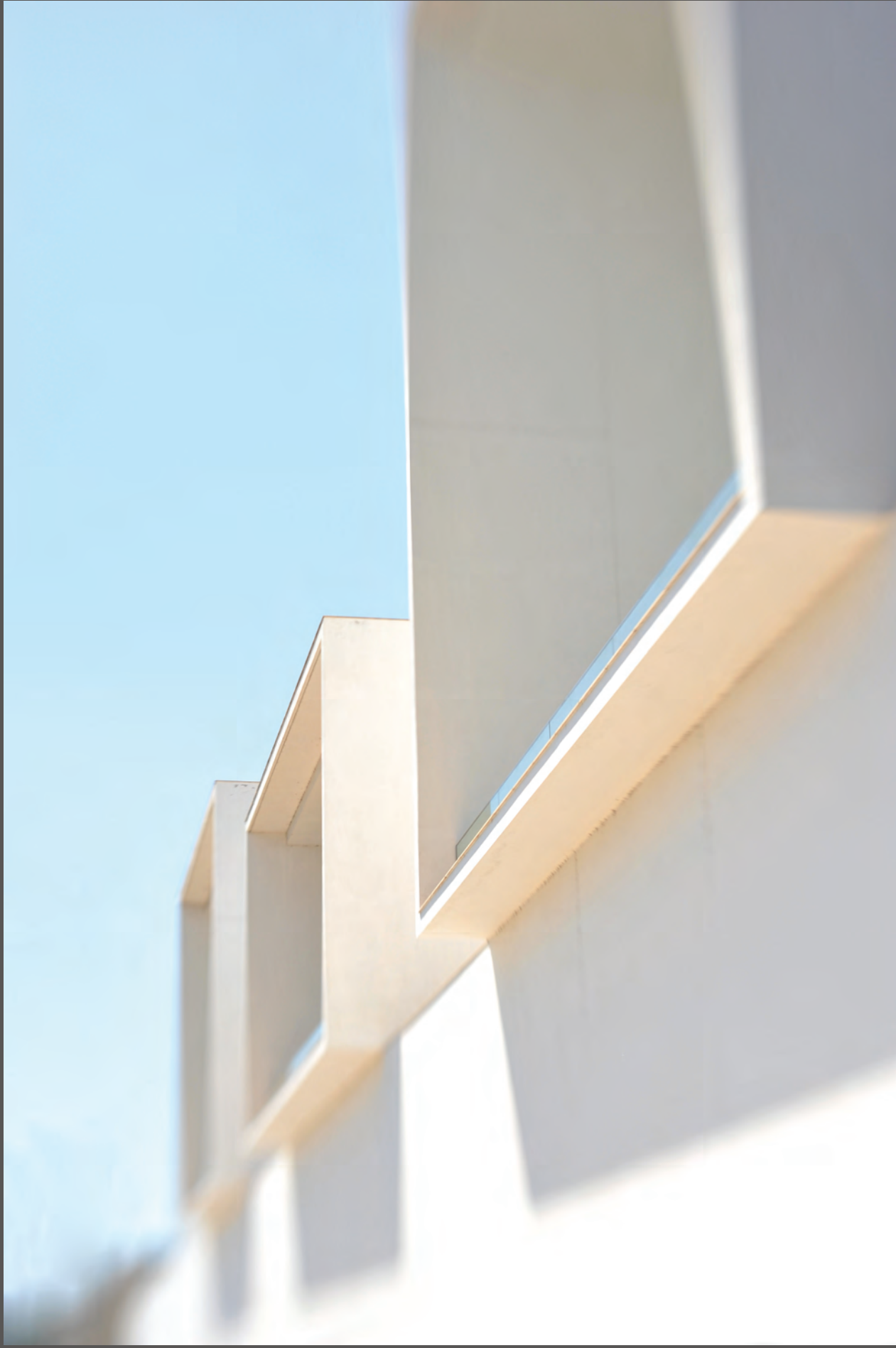
Universidade do Porto, em 2007, insere-se no pro- jecto do CIEG «Relações Literárias e Culturais Lu- so-Alemãs. Estudos de Recepção e de Hermenêuti- ca Intercultural» (coord. Maria Manuela Delille). Com o suporte de materiais de arquivo, que per- mitiram a detecção de testemunhos recepcionais até hoje ignorados, este trabalho demonstra que, em Portugal, e apesar da forte presença de me- canismos de resistência, a recepção da célebre obra de J. W. Goethe *Die Leiden des jungen Werthers* (1.ª ed. 1774) não foi tão escassa e tardia como se supunha. Para além da existência, desde muito cedo, de sinais inequívocos de interesse por parte dos leitores, encontra-se na Torre do Tombo o manuscrito de uma primeira tradução do roman- ce, proibida pela censura em 1799. Em articula- ção com a história do livro e da leitura no nosso país, é essa tradução que se analisa no estudo ora publicado, juntamente com outra já conhecida, de 1821, bem como diversos testemunhos de re- cepção até finais do Primeiro Romantismo.

Título: Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]

Autor: Luís Miguel Correia

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra 2010

Portugal é um território marcado pela presença de numerosos castelos. À origem, percepção e desenvolvimento de tais estruturas militares está directamente associada a história política e so- cial do País. Um dos desígnios do livro traduz a vontade de inventariar e compreender o perfil arquitectónico do castelo em Portugal, sendo dedicada particular atenção ao papel do Estado Novo. Foi neste período que, recorrendo a um discurso escorado num determinado passado com o propósito de legitimar valores de um cer- to presente, a campanha de intervenções reali- zada nos monumentos nacionais, sob a égide da DGEMN, contribuiu para que hoje a presença do castelo reforce a identidade da paisagem, rural ou urbana.



Espaço das Escolas

Coimbra: 3 pólos universitários, 3 “faces” da arquitectura portuguesa

Nuno Grande *

Concebidos e construídos em tempos distintos, os actuais três Pólos da Universidade de Coimbra (UC) constituem um reflexo particular das constâncias e das mudanças operadas, ao longo de mais de meio século, no seio da nossa cultura arquitectónica e urbana; facto que nos propomos explorar neste breve ensaio.

Poderíamos, naturalmente, alargar essa leitura aos ancestrais assentamentos da UC: ao lançamento, na primeira metade do século XVI, dos primeiros colégios da, então, nova *Rua de Santa Sophia* – também nomeada, pelo actual Reitor, como “Pólo 0” da instituição –, agregando ou gerando uma boa parte do tecido da Baixinha; ou ao coeso conjunto de colégios da Alta, estabelecidos a partir da segunda metade de Quinhentos; ou mesmo à sua posterior Reforma Pombalina, no final de Setecentos, tão “urbana” nos seus propósitos. Ensaio anteriores já o fizeram com maior propriedade e profundidade, ressaltando, na sua maioria, a importância desses diferentes “estratos” universitários no processo de “fazer cidade”.¹

Interessa-nos, antes, perceber a evolução mais recente, sobretudo a partir do período em que conceitos como “Cidade Universitária”, primeiro, e “Pólo Universitário”, depois, atiram a Universidade para a condição de “alter-cidade”, autonomizando-a dos tecidos urbanos precedentes. Planeados como novas “cidadelas”, os três Pólos

Universitários de Coimbra tornaram-se, a seu tempo, em assentamentos “datados” – mesmo que incompletos –, isto é, cristalizados nas suas opções urbanísticas e arquitectónicas. Espaçadas na história, essas opções revelam, ainda assim, curiosos pontos comuns: por um lado, a preferência por traçados reticulares sobre terrenos em declive, suportando diferentes “edifícios-quarteirão”; por outro, a aposta em volumetrias e linguagens de pendor racionalista, reflectindo, respectivamente, sucessivas “faces” formais e ideológicas da arquitectura portuguesa. Vejamos quais.

Pólo I: uma “cidadela” grandiloquente

A constituição política, em 1934, da “Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra” lançou o desígnio do Estado Novo, e, em particular, o desejo de António Oliveira Salazar, de distinguir física e administrativamente a vetusta instituição da Alta urbana. O historiador Nuno Rosmaninho enquadrou esse desejo político e pessoal num estereótipo coimbrão, então professado pelo próprio Presidente do Conselho:

Apesar de uma primeira comissão especial ter começado a estudar a remodelação dos espaços escolares em 1934, o projecto nasceu politicamente, para o País, três anos depois, por intermédio do prefácio de Salazar ao segundo

volume dos Discursos e Notas Políticas. Numa página apenas, o presidente do Conselho esboçou um plano e uma ideologia. O seu desejo de converter a Universidade numa cidadela, isolada dos quarteirões residenciais, abrindo perspectivas sobre o rio Mondego e as encostas verdejantes, remete directamente para o estereótipo bucólico de Coimbra, de profunda repercussão nacional. [Nuno Rosmaninho, “A Cidade Universitária de Coimbra e o imaginário”, in *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra, IUC, 2006]

Fixada em 1943, por Cottinelli Telmo, a *Planta da Cidade Universitária* de Coimbra fundava, na verdade, uma nova realidade urbana, auto-referenciada em espaços e eixos que regularizavam e fixavam, cenograficamente, outros tantos estereótipos da Alta: o Pátio das Escolas, a Porta Férrea, a Rua Larga, o terreiro da Sé Nova. Utilizando-os como pontos focais ou rótulas estáticas, Cottinelli estabeleceu um traçado regulador para os novos edifícios universitários, implicando profundas demolições no tecido existente, a par de extensos aterros e desaterros na topografia de base. A decisão seria assinalada, logo em 1944, pelo lançamento das Escadas Monumentais, remate axiomático do eixo da Rua Larga, e testamento urbanístico do próprio Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, falecido em Novembro de 1943. Deste modo, a nova e rígida “Cidade Universitária” nascia contra a memória e a geografia da velha Alta.

À imposição da *Planta*, seguiu-se a afirmação das linguagens arquitectónicas, por importação ou adaptação de imaginários estilísticos exógenos à cidade. Aqui, conjugaram-se a aposta numa monumentalidade, de feição nacionalista, que caracterizara a recente Exposição do Mundo Português, em Lisboa (1940) – onde Cottinelli dirigira o plano de conjunto –, e a adesão demonstrada, por parte do seu grupo de projectistas de Coimbra, pelos recentes e austeros conjuntos arquitectónicos das Cidades Universitárias de Madrid e de Roma, de igual desígnio ditatorial. Refira-se, por exemplo, o contacto de Cottinelli

Telmo com a obra de Marcello Piacentini, e com o seu *Stile Littorio* – uma fusão entre classicismo e racionalismo –, tão admirado pelo então Reitor de Coimbra, Maximino Correia, aquando da viagem que ambos realizaram à Cidade Universitária de Roma, em 1946²; ou o fascínio que a “Moderna Architectura Alemã” – título equívoco de uma exposição decorrida em Lisboa, em 1941 –, e a figura do arquitecto e futuro ministro do III Reich, Albert Speer, despertaram em Luís Cristino da Silva, sucessor de Cottinelli na direcção do Plano de Obras de Coimbra, a partir de 1949.

Assim, e salvaguardando as diferenças políticas e culturais em jogo, podemos afirmar que, ao longo da década de 1940, a nova “Cidade Universitária de Coimbra” serviu de “laboratório de ensaio” desse inusitado encontro entre as grandiloquências arquitectónicas salazarista, franquista, mussoliniana e nazi, numa paradoxal busca por um possível estilo simultaneamente “clássico” e “moderno”, “monumental” e “funcional”. Essa busca seria evocada nas memórias dos projectos da Biblioteca Geral e da Faculdade de Letras, assinados por Alberto Pessoa, sob tutela de Cottinelli; como, mais tarde, nas memórias de Lucínio da Cruz para as Faculdades de Medicina e de Ciências, então debaixo do plano re-uniformizador de Cristino.

A este caberia, como se sabe, a derradeira tentativa de fixar, monumentalmente, a Praça D. Dinis, planeando, em sucessivos desenhos da década de 1950, o seu envolvimento por um conjunto de edifícios-colunata, nele incluindo o Hospital Universitário, projecto frustrado do arquitecto alemão Walter Distel, de 1952.³

A democratização da Europa no pós-guerra, o debate interno em torno do Movimento Moderno, saído do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948, e as mudanças operadas na própria cultura universitária portuguesa – ainda que sob domínio estadonovista por mais duas décadas –, ditaram a crítica e a crise definitiva dessa grandiloquência arquitectónica.

O sonho da nova “Cidade Universitária” (hoje Pólo I) permaneceu petrificado no tempo, entre





superfícies austeras e brancas, entre pilastras e vãos uniformes, entre estruturas em betão armado e alvenarias em pedra maciça. Nova “cidade” talvez, mas cristalizada e mono-funcional, tal como a conhecemos ainda hoje.

Pólo II: em busca da “cidade perdida”

A democratização do sistema político português, a partir de 25 de Abril de 1974, conduziu a uma idêntica democratização do acesso ao ensino superior, trazendo consigo a proliferação de cursos e disciplinas e um inevitável acréscimo da população estudantil no seio dos espaços universitários. Em meados da década de 1980, a UC viu-se impelida a alargar as suas instalações, optando, para isso, por criar dois novos pólos universitários em novas zonas de expansão urbana. De algum modo, e apesar do debate interdisciplinar em torno do isolamento funcional dos modelos de “campus” ou de “pólo” especializado – apanágio do urbanismo moderno de matriz anglo-saxónica – acreditou-se, paradoxalmente, que, como outrora, essas soluções permitiriam à Universidade voltar a “fazer cidade”.

Esse foi, de resto, o desígnio da proposta vencedora, em 1988, do concurso para o Plano do Pólo II da UC (“Pólo das Engenharias”), a localizar na colina da Boavista sobranceira ao Mondego, da autoria dos arquitectos portugueses Mercês Vieira e Camilo Cortesão. A sua vontade de “regrar” a nova malha, em função da cidade existente, seria assim descrita:

O desenho do espaço público (...) parte de um vocabulário identificável de praças, ruas, escadarias e jardins, com uma escala encontrada nos tecidos consolidados da cidade, que repõe um desenho urbano de quarteirões, numa malha com a métrica e os alinhamentos do Bairro Norton de Matos (...) Cérceas, alinhamentos, dimensões de recuos e de pés-direitos constroem-se a partir de uma mesma geometria formal, de múltiplos e submúltiplos de um módulo de 4,5 metros. [Mercês Vieira e Camilo Cortesão, “O Pólo II da Universidade de Coimbra.

Desenho Urbano e integração na cidade”, in Cidade-Sofia, Cidades Universitárias em debate. Coimbra, Edarq, 2006].

Este discurso perfilhava uma tendência presente na cultura arquitectónica portuguesa desde, pelo menos, a década de 1970, baseada no resgate do “vocabulário” da cidade histórica, densa e compacta – o quarteirão, a rua, a praça, a escadaria, ... – por referência à obra escrita e construída de figuras cimeiras da arquitectura europeia de então, como Aldo Rossi, Giorgio Grassi ou Vittorio Gregotti.

Deste modo, a ligação à Itália e, agora, ao seu “neo-racionalismo” – ainda que, ideologicamente oposto ao anterior racionalismo mussoliniano – entrava, de novo, nos desígnios urbanísticos da UC, marcando o futuro Pólo II, ao nível do “desenho do espaço público” – outra das grandes “muletas” do urbanismo italiano da época –, mas também, da tipo-morfologia dos edifícios universitários que o viriam a preencher, ao longo das décadas seguintes. Assim aconteceu na (mega) estrutura ritmada, em forma de “pente”, que Gonçalo Byrne projectou para os Departamentos de Engenharia Electrotécnica e Informática – de algum modo retomada, mais tarde, pelos seus discípulos Manuel e Francisco Aires Mateus nos edifícios da Residência Universitária/Cantina e da Unidade Pedagógica Central; mas também nos conjuntos compactos ou reticulados entre pátios, dos departamentos de Engenharia Química, de Vasco Cunha, de Engenharia Mecânica, de Manuel Tainha, e de Engenharia Civil, de Fernando Távora.

A esta aparente constância tipológica correspondeu uma semelhante uniformidade formal e material, já que, a maior parte desses edifícios se conformou num jogo de volumes abstractos, revestidos por extensos panos de reboco, eminentemente branco, alternados por longos vãos verticais ou horizontais. Esta opção estilística – também presente na mais recente Residência Universitária de Carlos Martins e Elisiário Miranda – tornou-se identificável com uma “marca” presente na ar-

quitectura portuguesa da década de 1980, tantas vezes conotada com o ideário da chamada “Escola do Porto”, e em particular com o seu emblemático edifício, assinado por Álvaro Siza. Numa leitura actualizada, essa marca “epocal” parece, também aqui, datar (no tempo), e excluir (no espaço) o Pólo II da restante diversidade urbana em expansão, dessa cidade “outra” que ainda não teve tempo de o absorver.

Pólo III: um parque de “objectos” arquitectónicos

Acompanhando a localização definitiva do novo Hospital Universitário de Coimbra na área de Celas – infra-estrutura inaugurada em 1985 – a UC lançou, no final dessa mesma década, o Plano de Pormenor para o seu Pólo III (“Pólo das Ciências da Saúde”), então entregue ao atelier de Eduardo Rebello de Andrade. Retomando, uma vez mais, opções urbanísticas anteriores, o planeador optou por estabelecer uma malha de “polígonos” regulares sobre o difícil terreno adquirido pela Universidade – um cabeço elevado e sobranceiro à Circular Interna da cidade – propondo, para isso, algumas condicionantes:

A generalidade dos polígonos de implantação dos edifícios, destinados a Ensino e Investigação, apresentam uma grande profundidade, o que permite ao projectista optar por soluções de pátio interior ou de dupla circulação, com ocupação da faixa interior por espaços que prescindam de iluminação natural, conforme seja mais adequado ao programa específico de cada edifício. [Eduardo Rebello de Andrade e Luis Fernandes, Universidade de Coimbra. Reformulação do Plano de Pormenor do Pólo III. Pólo das Ciências de Saúde (Relatório). Coimbra: Arquivo do Divisão de Gestão de Edifícios, Equipamentos e Infra-Estruturas, Estudos e Projectos da Universidade de Coimbra, (policopiado)].

Desde o início da década de 1990, sucessivos projectos foram sendo concursados de acordo com a malha planeada, e implantados, paulatinamente, em torno do primeiro desses “polígonos” – o eternamente

desenquadrado edifício da Sub-Unidade 1, projecto do próprio atelier de Rebello de Andrade. Ainda que as sucessivas propostas tenham repetido soluções tipológicas que encontramos nas duas “cidadelas” universitárias anteriores – volumes profundos e compactos, estabelecidos em corpos lineares isolados ou em torno de pátios – foi, sobretudo, ao nível das linguagens e da sua materialização que, aqui, se expressaram novas diferenças “geracionais”.

Na verdade, os projectos mais recentes do Pólo III parecem partilhar de um novo tipo de racionalismo, eminentemente formal, que desmaterializa a escala e a leitura dos pisos e vãos, “objectualizando” e diferenciando cada um dos edifícios em relação aos seus envolventes, ao contrário do que descrevemos sobre o conjunto do Pólo II. Trata-se de uma atitude conceptual próxima do denominado “minimalismo” em arquitectura, a que se junta uma experimentação em torno de novas “peles” exteriores, baseada em materiais despojados – betão aparente, placagens ou grelhagens pré-fabricadas a partir de compósitos de cimento, e modulações em chapa metálica – com texturas abstractas e cruas. Estes são, de resto, referenciais que vêm aproximando as novas gerações de arquitectos portugueses de práticas contemporâneas mais comuns na cultura arquitectónica suíça ou holandesa.

Olhando o conjunto de obras – assinadas, na sua maioria, e sintomaticamente, por jovens colectivos de arquitectos –, descobrem-se esses referenciais nos projectos: do edifício do PET e da Sub-Unidade 3, ambos do atelier Serôdio & Furtado; da Biblioteca, dos arquitectos Cadaval de Sousa/Costa Lopes; da Faculdade de Farmácia, de Matos Gameiro/Carlos Crespo; da Cantina do Pólo, de Lima Gaspar/Lobato Santos; da Unidade Central de José Barra/Tiago Barreiros; das futuras Sub-Unidades 2+4, de Diogo Burnay/Cristina Veríssimo com AT93; ou ainda, da recente Residência Universitária projectada por Paula Santos.

Na sua “objectualidade”, cada um destes edifícios é, ele próprio, um símbolo da autonomia pro-



gramática do Pólo III, ou da mono-funcionalidade das suas componentes, algo que o aproxima, mais de um “parque tecnológico” do que de uma verdadeira “cidade” em mutação. Nesta questão, e uma vez mais, nada o parece distinguir das precedentes experiências urbanísticas universitárias, já descritas.

Como se depreende desta breve análise, os três Pólos Universitários de Coimbra constituem um “escaparate”, quase perfeito, de três “faces” recentes da arquitectura portuguesa. São, ainda assim, “mostuários” arquitectónicos que não conseguiram “fazer cidade”, algo que só se tornará possível, no momento em que, física e social-

mente, se deixarem “contaminar” por outras “urbanidades”, tornando-se, desse modo, em realidades pluriformais, multi-funcionais, inter-classistas.

Muito se discute, hoje, sobre a necessidade de trazer a “Alta de Volta”⁴ à cidade, com base no plano de reconversão do Pólo I, parte importante do actual processo de candidatura da UC a Património UNESCO. No entanto, não nos devemos contentar em reconquistar e requalificar, apenas, o espaço físico desta ou das outras “cidadelas” universitárias; é preciso que, em todas elas, a própria ideia de “cidade” se encontre, talvez pela primeira vez, “de volta”.



1 - Veja-se, entre outros, os importantes ensaios de Luis Reis Torgal, Luísa Trindade, Nuno Rosmaninho, José António Bandeirinha, Gonçalo Byrne, e Alexandre Alves Costa para a edição *Monumentos*, nº8, Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998. Veja-se ainda, entre outros, os importantes ensaios de Walter Rossa, Rui Lobo, José Manuel Fernandes, e Maria de Lurdes Craveiro, para a edição *Monumentos*, nº 25, Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2006

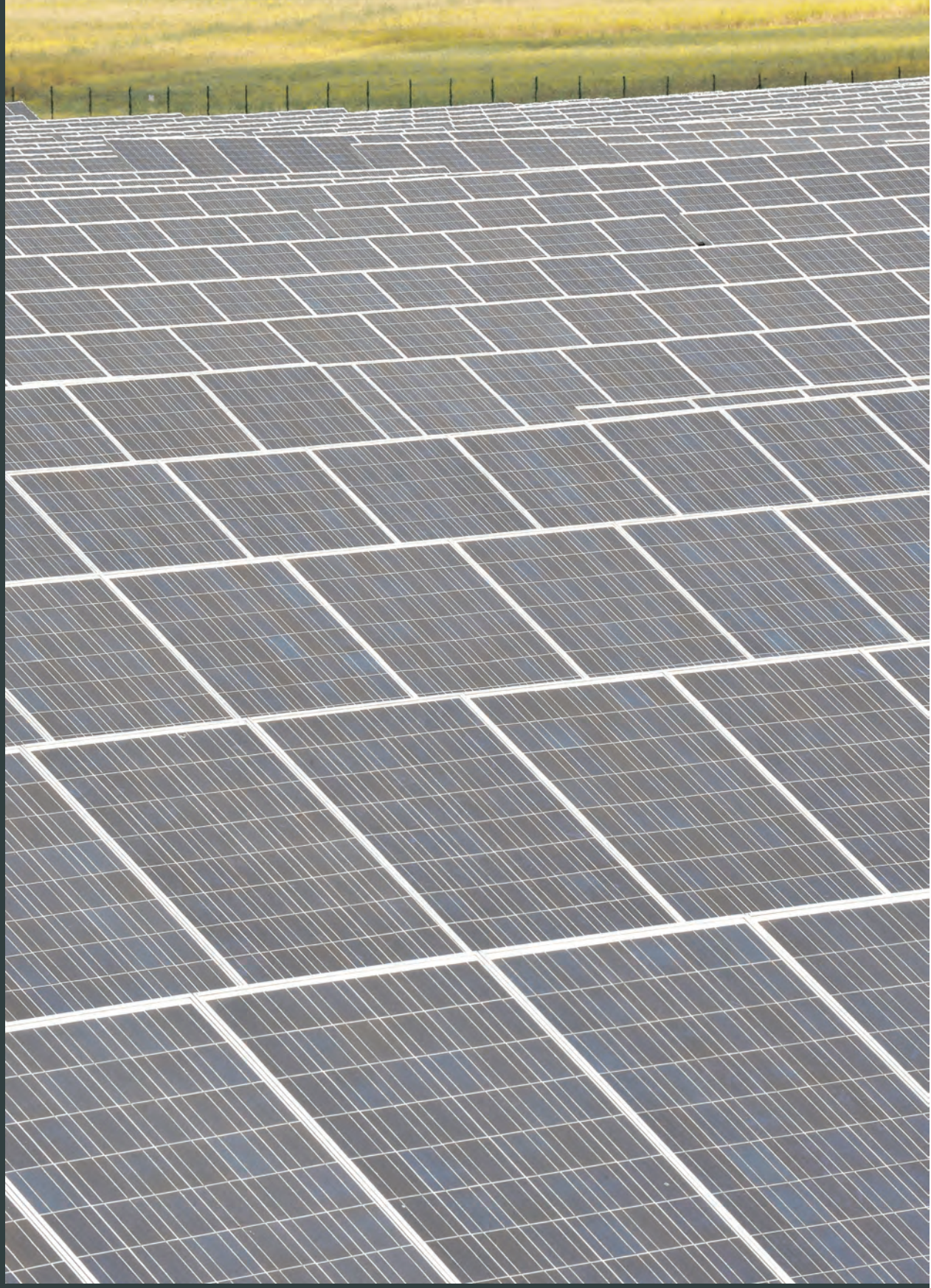
2 e 3 - Cf. Nuno Rosmaninho, *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006

4 - AA.VV, *A Alta de Volta. Concurso para o Plano de Reconversão dos Espaços dos Colégios de S. Jerónimo, das Artes, Laboratório Químico e área envolvente*. Coimbra, Edarq, 1997

* Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Temas

Energía para a
Sustentabilidade



A sustentabilidade da construção

Raimundo Mendes da Silva *

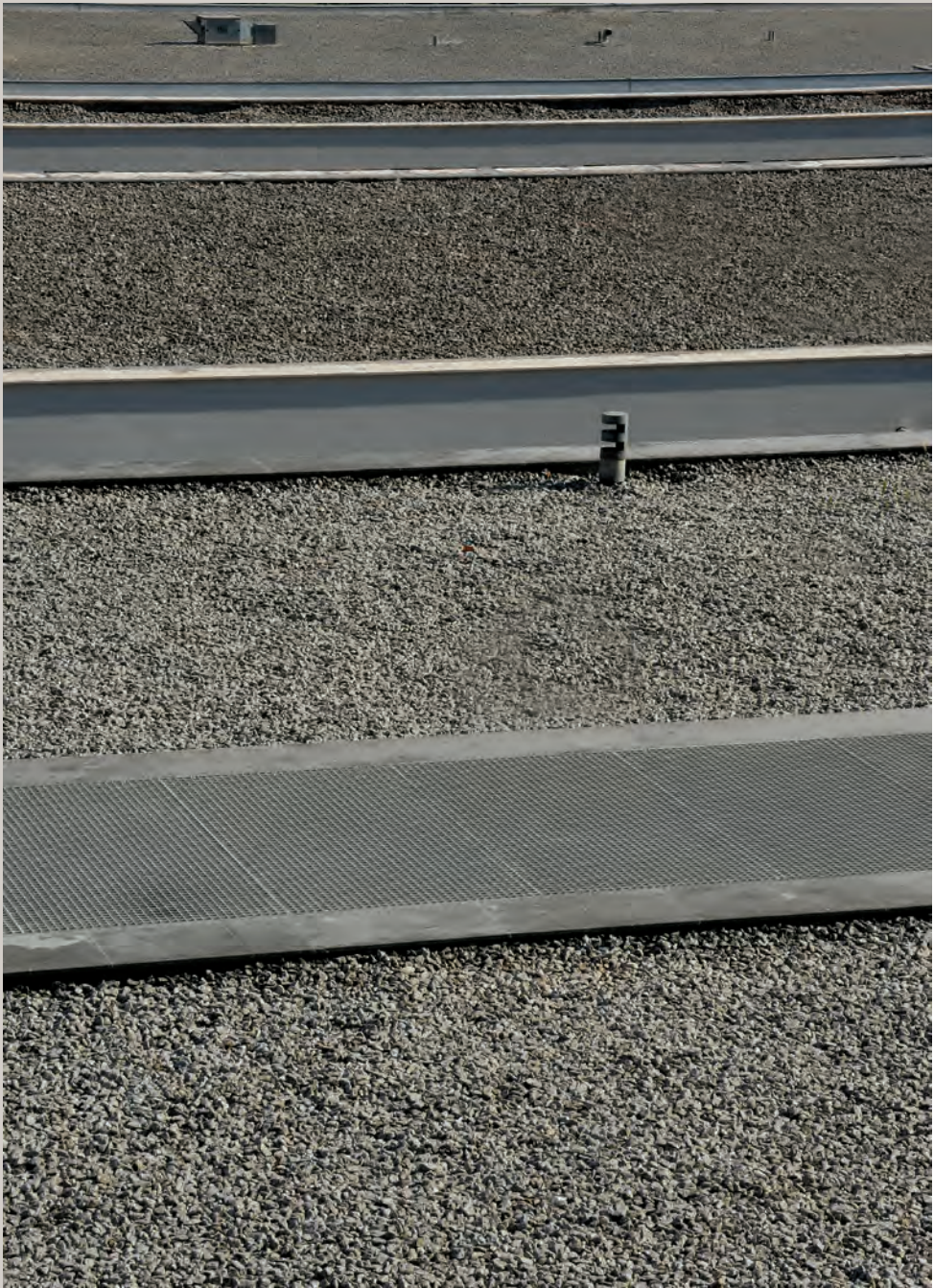
Studio 1, The Lowry, Manchester (UK), 12 de Maio, 15h30. O presidente da sessão, num inglês claro mas denunciando um acento italiano, dá as boas vindas aos conferencistas e apresenta telegraficamente as comunicações que se seguirão a um ritmo implacável. Investigadores do Japão, de Portugal, da Nova Zelândia, entre outros, apresentam resultados, projectos e dúvidas no Congresso Mundial da Construção (CIB-2010). O tema da sessão é a *patologia e reabilitação de fachadas*. No outro lado do edifício, na sala “Brown”, decorre outra das 11 sessões paralelas, entre australianos, italianos, portugueses, ingleses, indianos,... E o tema é a *sustentabilidade da construção*.

Nem todos os países usam materiais cerâmicos, nem o uso intensivo da madeira faz sentido em algumas regiões, nem ninguém quer ouvir (ou dizer), neste congresso mundial, que a solução para a construção mediterrânica é a adopção intensiva da filosofia e materiais escandinavos, embora se admitam novas soluções, novas experiências e parcerias. As diferenças são muitas, mas as certezas consolidadas e partilhadas – aqui, de três em três anos, mas com maior frequência nas publicações científicas da área – fazem cada vez mais sentido e permitem traçar rumos. Não é uma investigação “relâmpago”, não basta ensaiar modelos ou teorias, não basta fazer análises de sensibilidade em domínio informático e fechado: é preciso testar em laboratório, aferir *in situ*, esperar a reacção do mercado e do sector da produção, avaliar a reacção dos utentes.

O maior desafio é o da diversidade, da preservação da identidade cultural, da autonomia, com soluções frequentemente diferentes para os mesmos problemas, mas seguindo os mesmos princípios, estabelecendo metas idênticas, com o mesmo rigor científico e a mesma exigência de outras áreas do saber com espectro mais restrito.

EfS significa, na Universidade de Coimbra (UC), Energy for Sustainability e dá nome a um programa de Estudos Pós-Graduados interdisciplinares, onde temos participado, nomeadamente, com a leccionação de Tecnologia de Fachadas e Coberturas (TFC), contribuindo para a formação de investigadores abertos ao mundo e à complexidade dos desafios da construção e da sustentabilidade, em particular nos domínios da reabilitação e da energia, tendo como quadro de referência, por exemplo, o CIB (International Council for Building Research Studies and Documentation).

Assume-se, assim, que TFC é uma janela sobre os desafios e ensinamentos da construção e da arquitectura que completa as abordagens mais específicas do EfS, em particular no domínio da energia. Tornar os edifícios mais sustentáveis é uma missão urgente e imprescindível que transcende a – tão relevante – redução do consumo de energia e que só faz sentido com uma visão alargada das exigências funcionais e culturais. Os



alunos mergulham demoradamente na produção científica mundial mais recente, apreendem as mensagens de diversidade das soluções e de unidade dos princípios e assumem, por estratégia pedagógica, por algum tempo, a “co-autoria” de publicações de relevo deste ou doutro canto do mundo. Está aberta (ou re-aberta) a janela da construção, quer tenham formação em arquitectura, nas muitas engenharias, na química ou na economia.

A UC é sensível a esta problemática? Existe um esforço estruturado para trazer os resultados da investigação para o seu seio? E para constituir, ela própria, um desafio à investigação e à experimentação em contexto produtivo? Os seus edifícios serão progressivamente mais sustentáveis?

É muito extenso o mapa dos projectos, desafios e dificuldades que a UC atravessa neste domínio, para a transformação dos edifícios existentes noutros mais sustentáveis e a criação de condições e mecanismos reguladores que garantam melhores resultados nos que vierem a ser projectados e construídos.

Extenso, também, felizmente, é o mapa de iniciativas em curso e progressivamente consolidadas, embora algumas tenham ainda expressão pontual (mas nem por isso menos relevante) e em que participam a Reitoria, a Administração, o programa EfS e já algumas Unidades Orgânicas e Estabelecimentos, com recente aproximação dos Serviços de Acção Social (SASUC).

De todas, merece hoje destaque o *observatório de consumos* que progressivamente tem monitorizado os consumos de energia e de água e que, por esta via e pela realização complementar de auditorias às instalações, tem vindo a racionalizar esses mesmos consumos, a contribuir para a melhoria da qualidade do serviço e das condições de trabalho e a promover uma redução efectiva de facturação nalgumas áreas.

Também outras áreas do domínio ambiental têm tido desenvolvimento progressivo, nomeadamente na gestão de resíduos e no estudo e controlo da qualidade ambiental, muitas vezes associada à higiene e segurança no trabalho.

O desafio mais difícil e mais próximo é o da certificação energética dos edifícios que, face à escala, à diversidade e às suas condicionantes, exige uma abordagem criteriosa, inteligente e que realce os princípios subjacentes ao sistema, em detrimento de preceitos administrativos de menor impacto, quando estes se demonstrarem dificilmente compatíveis com os primeiros.

A investigação aplicada e interdisciplinar tem, aqui, um extenso laboratório, em que a identificação dos modelos de maior sustentabilidade, que respeitem as exigências energéticas, económicas, funcionais e patrimoniais, é tarefa difícil mas em que se deposita a maior expectativa.

O crescimento sustentável da EfS

João Ribeiro *

Sustentabilidade energética é provavelmente das expressões mais utilizadas nos discursos políticos e científicos. A acelerada evolução tecnológica, mais que debatida em tantos meios, acaba por ficar associada aos perigos da escassez de recursos energéticos, um fantasma que paira há décadas sobre os decisores políticos dos países desenvolvidos. Vive-se, portanto, na era da eficiência energética. Como tornar os edifícios mais sustentáveis ao nível da energia? Como evitar desperdícios? O que fazer para que a poupança de energia não colida com o conforto ou com a segurança?

Desde 2007 que existe na Universidade de Coimbra (UC) a iniciativa Energia para a Sustentabilidade (EfS – Energy for Sustainability), que integra um doutoramento, um mestrado e um curso de especialização, com a energia e o desenvolvimento sustentável como orientações transversais. Com efeito, “na UC já há trabalho na área da eficiência energética e das energias renováveis desde 1979”, explica o coordenador da EfS, António Gomes Martins. E dá o exemplo pessoal da própria tese de doutoramento cujo tema incidiu sobre a eficiência energética, em 1985.

A EfS surge, como explica o também vice-reitor da UC, “de um conjunto de colegas que já estavam habituados a ter encontros diversos” e da vontade em estruturar, ao nível formal, uma ideia. Este conjunto engloba docentes de cinco departamentos da Faculdade de Ciências e Tecnologias da UC (FCTUC) e da Faculdade de Economia da UC (FEUC).

O processo de criação da EfS é aquilo a que Gomes Martins chama de “iniciativa de baixo para cima”. Foi o grupo de docentes que propôs ao Senado Universitário a criação dos cursos e não as faculdades, como é norma. “Não se trata de divorciar das faculdades, trata-se de que a iniciativa surja de forma natural, mais ou menos espontânea, e que atravesse fronteiras”, esclarece.

A EfS congrega, por outro lado, docentes e investigadores de quatro unidades de investigação da UC: o Instituto das Tecnologias das Construções (ITeCons), o Instituto de Sistemas de Robótica (ISR), a Associação para o Desenvolvimento da Aeronáutica Industrial (ADAI) e o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra (INESC). O vice-reitor responsável pela investigação científica revela ainda que “apesar de não terem uma intervenção tão activa, estão ainda associados o Centro de Estudos Sociais e o Grupo de Estudos Monetários e Financeiros”.

O facto de os docentes que estão na origem da EfS provirem de áreas científicas bastante diversas tem a sua razão de ser e reflecte-se na própria forma como estão construídos os planos de estudos. A formação dada na EfS está orientada para um público muito amplo e “vão desde estudantes provenientes das áreas da gestão, das diversas engenharias, à arquitectura e assim por diante”, realça Gomes Martins. A EfS é igualmente procurada por trabalhadores que procuram uma nova formação. “O contrato de confiança [assinado entre o Governo e as instituições



de Ensino Superior] prevê a formação em exercício, de actualização dos quadros das empresas. Nós, sem nenhum contrato de confiança, vocacionámos desde o princípio o nosso mestrado para ter essa capacidade”, sustenta Gomes Martins. O facto de as aulas decorrerem entre Quinta-feira e Sábado é visto pelo coordenador como uma forma de chegar a estes públicos.

Um método inovador

Os planos de estudo estão pensados para serem o mais abrangentes possível em que os estudantes retenham uma formação de base geral sobre energia e uma formação mais específica consoante a área escolhida. No entanto, na óptica do docente do Departamento de Engenharia Civil, Raimundo Mendes da Silva, é importante “ter um diálogo inteligente com as áreas transversais” à sua formação específica. O docente, que também lecciona na EfS, dá como exemplo uma das componentes mais abordadas no curso – o ciclo de vida dos materiais – que ajuda a “pensar os edifícios desde a matéria-prima até à transformação dessa matéria-prima, até ao seu uso e até à demolição”.

António Gomes Martins considera que “os planos de estudo são relativamente multifacetados”, o que resulta das abordagens complementares dadas pelos diferentes docentes.

Mesmo a construção curricular dos planos de estudo da EfS é inovadora. “O plano de estudos surgiu de um processo de desconstrução-construção”, começa por dizer Gomes Martins. E explica que a fase inicial do projecto foi sobretudo de pesquisa de programas curriculares em cerca de 20 universidades estrangeiras, dos Estados Unidos, Europa e Austrália. Depois, o grupo de docentes dividiu trabalho entre si para analisar aquilo que tinham pesquisado e construir unidades curriculares específicas para a EfS. Apesar de serem minoritárias, há disciplinas na EfS que já existiam noutros programas na UC, uma vez que “já correspondiam ao que era preciso reunir, portanto não íamos replicar”, refere o vice-reitor. “Neste momento temos aceite um artigo para uma revista de ensino de engenharia em que basicamente damos conta do processo que levou à construção destes planos de estudos”, revela.

A metodologia que presidiu a construção curricular dos cursos da EfS pode ser, para Gomes Martins, “identificada com a forma adequada de construir currículos na perspectiva de Bolonha”. No entanto, assegura que não houve nenhuma ambição em constituir “escola”. “Se for bem sucedido ficamos muito satisfeitos, se puder ser útil para funcionar como exemplo para outros processos de aperfeiçoamento das coisas que entretanto já se fizeram para adequar ao modelo de Bolonha, ficaremos ainda mais satisfeitos”, conclui.

A internacionalização da EfS

Antes ainda de a proposta de formação da EfS ser apresentada ao Senado da UC, Gomes Martins conta que já haviam sido feitos contactos com o Massachusetts Institute of Technology (MIT), no âmbito da colaboração entre o Governo e o instituto norte-americano e com o fim de incluir o doutoramento. No entanto, a presença de estudantes estrangeiros alarga-se ao mestrado e ao curso de especialização. Ao todo, a iniciativa conta neste momento com 11 estudantes de fora.

Ehsan Asadi foi dos primeiros estudantes estrangeiros a integrar a iniciativa e encontra-se agora a concluir o doutoramento. O iraniano não esconde que “o MIT é um sonho” e que a parceria foi algo que o cativou. No entanto, aquando do processo de escolha da universidade onde iria graduar-se, a boa prestação da UC em rankings internacionais pesou. “No Irão temos um centro associado ao Ministério da Ciência que sugere boas universidades e a UC aparece no topo”, conta Ehsan. Sendo pioneiro na EfS, a sua apreciação é a de que há uma grande abertura da UC aos problemas e sugestões dos estudantes e que a colaboração com o MIT está a melhorar. Em relação ao futuro, Ehsan Asadi espera vir a passar uma temporada nos Estados Unidos.

De resto, a aposta na internacionalização tem sido uma das prioridades da EfS, logo a começar na fixação do



período de inscrições, entre Novembro e Janeiro. “Usamos este calendário, porque em meados de Março os estudantes sabem se foram aceites e podem começar a tratar das burocracias para chegarem em Setembro”, justifica Gomes Martins.

A ligação empresarial constitui igualmente uma das preocupações da iniciativa e é para isso que existe um Conselho Externo de Aconselhamento e Aferição na Efs. Este órgão integra 18 empresas do sector energético ou com grandes ligações, para além da Agência para a Energia (ADENE), da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e do Conselho Empresarial do Centro.

O objectivo é que os membros deste conselho “nos escrutinem de vez em quando, fiquem a saber o que andamos a fazer e nos aconselhem” quanto às relações empresariais.

Uma das mais recentes vitórias da Efs é no campo da investigação. Na última apresentação de projectos de investigação promovida pelo MIT-Portugal e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), a UC concorreu com cinco propostas e obteve três, metade das aprovadas na totalidade.

“É uma coisa muito gratificante, tanto mais gratificante quando cada um destes três projectos é sempre em parceria de várias unidades de investigação”, realça Gomes Martins.

Um futuro “sustentável”

Com os primeiros estudantes da Efs a graduarem-se no final deste ano lectivo, o futuro da iniciativa está dependente de dois factores a curto prazo. Ao nível interno, Gomes Martins considera que a iniciativa “carece de um reconhecimento por alguma via”, que ainda desconhece apesar de tudo. “Esperamos que, em termos institucionais, a iniciativa Energia para a Sustentabilidade possa ter alguma densificação”. E a Reestruturação dos Saberes, em curso na UC, “é um terreno fértil para que este tipo de perspectiva possa ficar eventualmente consolidado”, defende o vice-reitor, que promete trazer a Efs para cima da mesa na segunda fase do debate.

Também a parceria com o MIT poderá sofrer alterações, uma vez que o contrato com o Governo português termina no final do próximo ano lectivo. “Se as coisas correrem para o lado de o programa não vir a ser renovado, coisa que estou convencido que é menos provável, então nós tomaremos a iniciativa de procurar garantir os canais eventualmente menos formais”, antevê o coordenador da Efs.

Apesar destas condicionantes, a continuidade da iniciativa Energia para a Sustentabilidade não está de maneira alguma posta em causa. Como brinca Raimundo Mendes da Silva, “aquilo que este curso vai poupar em termos energéticos à universidade e ao país chega e sobra para fazer o investimento que seja necessário”.

Milhares de estudantes formados pela Universidade de Coimbra, espalhados pelo País e pelo Mundo, nas mais diversas áreas da sociedade, reunidos agora na mesma Rede.

Visite-nos em www.uc.pt/antigos-estudantes

Rede UC

Rede de Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra
Gabinete de Comunicação e Identidade
Universidade de Coimbra
Apartado 3020 • 3001-401 Coimbra
antigos-estudantes@uc.pt

A/C Eng. Isabel Gomes • Tlm: +351 96 44 53 222

**REDE
UC**
REDE DE ANTIGOS ESTUDANTES
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

www.coimbraeditora.pt



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

LIVRARIA FERREIRA BORGES
Rua Ferreira Borges, 77
Coimbra

LIVRARIA AAC-COIMBRA
Rua Padre António Vieira
Edifício AAC
Coimbra

LIVRARIA CHIADO-LISBOA
Rua Nova do Almada, 90
Lisboa

LIVRARIA JURÍDICA - LISBOA
Centro Comercial Arco-úlis
Av. João Dinis, 6A
Lisboa

LIVRARIA FDL - LISBOA
Faculdade de Direito da
Universidade de Lisboa

LIVRARIA JURÍDICA DO PORTO
Rua Cândido dos Reis, 81
Porto

LIVRARIA FDP - PORTO
Faculdade de Direito da Universidade do Porto

NA
ALMEDINA

70

A
ACTUAL EDITORA

De Especialistas para Especialistas

ASSINATURA ANUAL DA REVISTA RUA LARGA (4 números)*: Estudantes e Antigos Estudantes da UC: 25€ • Outros: 30€ • Avulso (cada número): 7€(IVA incluído) • Números Anteriores: 7€

Ao assinar a Rua Larga através das Tipologias Adicionais de Relacionamento com a Universidade de Coimbra, para além dos quatro números da revista pode também ter acesso a uma série de benefícios e descontos que a Rede UC lhe proporciona:

T2: Esta Tipologia possibilita aos seus aderentes apoio em áreas diversas, tais como na obtenção de contactos no seio da Rede UC, no recrutamento, ou no acesso a formação pós-graduada. 35€/ano

T3: Permitindo uma maior proximidade no relacionamento com a Universidade de Coimbra, a esta Tipologia acresce a possibilidade de participação directa nas iniciativas oficiais da Universidade, e de apoio personalizado ao estabelecimento de parcerias e colaborações. 60€/ano

Assinaturas através da Rede UC www.uc.pt/antigos-estudantes, ou pela Internet em www.uc.pt/rualarga.

Os preços incluem IVA, e portes de correio nacionais.

* A assinatura pode ter lugar em qualquer altura do ano, passando a anuidade a contar a partir desse momento, independentemente do ano civil.

NOVAS TIPOLOGIAS DE RELACIONAMENTO COM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Universidade de Coimbra promove, dinamiza e apoia o estabelecimento de relações, projectos e parcerias com o mundo exterior, contribuindo para a aproximação e aprendizagem recíprocas.

Nesse sentido, encontram-se definidas diferentes formas de relacionamento, incluindo a utilização de marcas próprias, onde se incluem as seguintes:



Parceiro: As entidades Parceiras ligam-se umbilicalmente à Universidade de Coimbra através de uma relação mutuamente aprofundada, desenvolvendo em conjunto projectos diversificados, de dimensão e impacto significativos.



Aliado: As entidades Aliadas assumem uma relação de proximidade com a Universidade de Coimbra, que as apoia e acompanha em diferentes iniciativas e na resolução de problemas específicos.

Mais informações em www.uc.pt/gats





CICLO DE CONFERÊNCIAS

BIODIVERSIDADE

2010

23 SETEMBRO | 15H00

LINCE-IBÉRICO

UM CASO DE REINTRODUÇÃO

EDUARDO SANTOS

RODRIGO SERRA

MUSEU DA CIÊNCIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA